

UNIVERSIDADE DE LISBOA



**A Metodologia de Trabalho de Projeto como
estratégia para a motivação dos alunos de uma
turma do 11^o ano do Curso Profissional -
Técnico de Contabilidade**

Ana Maria Costa Miranda Soares

Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade

Relatório da Prática de Ensino Supervisionada
orientado pelo Professor Doutor Belmiro Gil Cabrito

2022

“Se a educação é o que permite à criança humana aceder à cultura, é também ao mesmo tempo o respeito de uma herança e o despertar de uma consciência.”

Reboul (2000)

Agradecimentos

Neste momento da minha vida, muito foi conquistado e muito se perdeu.

Ao longo desta jornada, diversas foram as pessoas que me apoiaram e incentivaram a concretizar esta etapa da minha vida, que tantos percalços teve.

Agradeço àquele que tanto me incentivou a entrar neste mestrado, que me apoiou de todas as formas possíveis, até ao seu último suspiro. Obrigado marido estejas aonde estiveres sei que olhas por mim.

Agradeço à minha filha que assumiu o lugar do pai nesta jornada, foi ela que me impediu de desistir quando tudo era difícil.

Agradeço à Professora Doutora Luísa Cerdeira, pelo apoio incondicional que me deu em horas difíceis.

Agradeço à Professora doutora Ana Luísa Rodrigues, por todo o apoio, atender-me em horas tardias, sempre bem-disposta e pronta a ajudar. Ao longo dos anos por várias vezes insistiu comigo para terminar o mestrado.

Ao Professor Doutor Belmiro Cabrito meu orientador, um orientador incansável, sempre de resposta pronta e rápida, acima de tudo pela paciência e resiliência que demonstrou ao longo de todo o trabalho.

Ao Professor Doutor Tomás Patrocínio pelo apoio e incentivo.

Agradeço à minha sobrinha Cristina Oliveira pelo apoio e tempo despendido.

Aos meus amigos João Joana, Teresa Pereira, Tânia Bernardo e Paulo Bento por todo o apoio, incentivos e puxões de orelhas.

Índice

Agradecimentos.....	III
Índice de Figuras.....	VI
Índice de Tabelas.....	VI
Resumo.....	VII
Abstract.....	IX
Introdução.....	1
1. A Problemática e a Metodologia de Investigação.....	3
1.1 Problemática e objetivo de investigação.....	3
1.2 Objetivos da investigação.....	3
1.3 A Metodologia de Investigação.....	4
1.4 Métodos e instrumentos de recolha de dados.....	5
1.5 Questões de natureza ética.....	6
2. Enquadramento Teórico.....	7
2.1 A motivação na educação e a metodologia de trabalho de projeto.....	7
2.1.1 A motivação na educação.....	7
2.1.2 A metodologia de trabalho de projeto.....	9
2.2 O ensino profissional.....	11
3. Contexto da Prática de Ensino Supervisionada.....	16
3.1 Caracterização da Escola.....	16
3.1.1 Localização da Escola.....	16
3.1.2 História e caracterização da escola.....	17
3.2 Caracterização da turma.....	26
3.3 Caracterização do Curso Profissional de Técnico de Contabilidade.....	27
4. Prática de Ensino Supervisionada.....	31
4.1 Unidade letiva de intervenção.....	31
4.2 Planificação da Intervenção.....	32
4.2.1 Planificação da unidade letiva.....	33

4.2.2	Planos de aula	34
4.3	Implementação de estratégias	35
4.4	Implementação da metodologia de trabalho de projeto	35
4.5	Desenvolvimento da Prática de Ensino Supervisionada (PES).....	36
4.5.1	PES 1, 2, 3 e 4.....	37
4.5.2	PES 5, 6, 7 e 8.....	40
4.5.3	PES 9, 10, 11 e 12.....	42
4.5.4	PES 13, 14, 15 e 16.....	43
4.5.5	PES 17, 18 e 19	44
4.5.6	PES 20 e 21	45
5.	Análise e interpretação de dados após a PES	47
5.1	Reflexão e Conclusão sobre a PES	50
5.2	Limitações ao estudo.....	51
5.3	Recomendações para futuras investigações.....	51
	Bibliografia.....	52
	Apêndices.....	56
1.	Planos de aula	56
2.	Grelha de Observação de aulas	61
3.	Diário de Campo.....	62
4.	PowerPoint.....	64
5.	Casos Práticos.....	76

Índice de Figuras

Figura 1 - Fotografia aérea de Ponta Delgada	17
Figura 2 - Solar que onde teve início a Escola Secundária Domingos Rebelo	17
Figura 3 - Escola Secundária Domingos Rebelo.....	20
Figura 4 - Logotipo.....	20
Figura 5- Conjunto de fotografias de algumas das infraestruturas	21
Figura 6 - Organigrama.....	22
Figura 7 - -Áreas de atuação da ação educativa.....	26
Figura 8 - Cartaz realizado pelos alunos.....	38
Figura 9 - Logotipo criado pelos alunos	39
Figura 10 - Declaração de privacidade	39

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Oferta Formativa da ESDR 2021/2022.....	23
Tabela 2 - Planificação da unidade letiva.....	34
Tabela 3 - Métodos e técnicas de ensino.....	47
Tabela 4 - Métodos e técnicas de ensino.....	48
Tabela 5 - Recursos didáticos.....	49
Tabela 6 - A metodologia de trabalho de projeto na motivação.....	49

Resumo

O presente Relatório da Prática de Ensino Supervisionada é o culminar de um trabalho de cariz investigativo, baseado numa prática de ensino, efetuado no âmbito da disciplina de Iniciação à Prática Profissional IV do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade. Descreve uma prática supervisionada intitulada “A Metodologia de Trabalho de Projeto como estratégia para a motivação dos alunos de uma turma do 11º ano do Curso Profissional - Técnico de Contabilidade”. Tem como objetivo a reflexão sobre a Metodologia de Trabalho de Projeto enquanto promotora de uma pedagogia que motiva os alunos para a disciplina e para a profissão de Técnico de Contabilidade.

O projeto foi implementado na Escola Secundária Domingos Rebelo, em Ponta Delgada, no Curso Profissional de Técnico de Contabilidade, nível IV, numa turma do 11º ano.

A prática supervisionada decorreu ao longo de 32 aulas e incidiu numa unidade de curta duração da componente tecnológica (UFCD), com o código 0575, denominada Imposto sobre o Rendimento (IRS). Teve como objetivo desenvolver estratégias e recursos didáticos ligados ao contexto de trabalho, que permitissem aos alunos participar ativamente nas aulas e serem sujeitos ativos na análise e reflexão de conteúdos da UFCD. A partir da observação das aulas do Professor Cooperante percebeu-se que nem sempre os alunos estariam motivados.

Deste modo, identificámos como questão prévia à prática de investigação: “A aplicação do trabalho de projeto como estratégia ligada ao contexto de trabalho poderá incrementar o interesse e o desempenho dos alunos na área da contabilidade?” tendo sido utilizado, como metodologia, o trabalho de projeto.

A escolha da metodologia deveu-se ao facto de estarmos perante um tipo de ensino concebido principalmente para a aquisição de competências práticas (saber-fazer). Através da transformação da sala de aula num espaço real de trabalho, os alunos tornaram-se técnicos de contabilidade confrontados com situações reais colocadas por elementos da comunidade escolar às quais procuraram dar resposta. Procurou-se, assim, que adquirissem conceitos, desenvolvessem competências de trabalho, de raciocínio e de comunicação - o que foi plenamente conseguido - e, a par, desenvolveram competências sociais devido à existência de um forte envolvimento com a comunidade escolar.

Recorri a um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos de recolha de dados (tabelas de observação, um diário de campo, inquéritos e entrevistas à parte da comunidade escolar), como forma de apoio para a análise e compreensão da situação, bem como orientar a minha investigação para aferir se as estratégias e métodos introduzidos no projeto foram promotores da aprendizagem e da prática da profissão.

Neste estudo, verificou-se através dos resultados da investigação, que a adoção da metodologia de trabalho de projeto foi uma estratégia adequada à problemática identificada, na medida em que incrementou a motivação dos alunos, favoreceu o desenvolvimento de competências e a criação de um ambiente favorável para a partilha, discussão de ideias e espírito de cooperação.

Palavras-Chave- Ensino Profissional; Motivação; Trabalho de Projeto

Abstract

The present Supervised Practice Report is the culmination of an investigation work, based on a teaching practice, undertaken on the Professional Practice Initiation IV of the Economy and Accounting Master's Degree. It describes a supervised practice named "The project work methodology as a strategy for student motivation of an 11th grade class of the Professional Course – Accounting Technician". It aims to reflect on the Project work methodology as an encouragement to a pedagogy motivating the students to the subject and profession of Accounting Technician.

The project was implemented at the Escola Secundária Domingos Rebelo high school, at Ponta Delgada, in the Professional Course of Accounting Technician, level IV, with an 11th grade class.

The supervised practice took place over 32 classes, and focused on a short duration technological component (UFCD), coded 0575, named income tax (IRS). Its purpose was to develop strategies and learning tactics related to the work environment that would enable the students to actively participate in the classes and be active subjects in the UFCD content analysis and reflection. From the Cooperating Teacher class observation it was noted that the students were not always motivated.

Thus, we identified as a question previous to the investigation practice: "May the implementation of the project work as a strategy related to the work context increase the students in the accounting area interest and performance" using, as methodology, the Project work.

The methodology choice was due to the fact that we are before a type of teaching mainly designed to the acquisition of know-how. By transforming the classroom into a real work space, the students became accounting technicians confronted with real situations, brought by elements of the school community, to which they tried to respond to. The goal was to have them acquire work, thinking and communication skills – which was achieved in full – and, at the same time, develop social skills thanks to the strong involvement with the school community.

I used a set of data collection methods, techniques and instruments (observation tables, a field diary, inquiries and interviews outside the school community), as a support system for the analysis and understanding of the situation, as well as to guide my investigation in order to comprehend if the strategies and

methods introduced in the project were promoters of the profession's learning and practice.

In this study, it was verified, through the investigation results, that adopting the project work methodology was an adequate strategy to the identified problem, as it increased the students' motivation, favored the development of competences and the creation of an environment open to sharing, discussion of ideas and spirit of cooperation.

Keywords- Professional Education; Motivation; Project work

Introdução

O presente relatório apresenta-se como o culminar de todo o trabalho desenvolvido na unidade curricular de Iniciação à Prática Profissional IV do Mestrado em Ensino de Economia e Contabilidade

Através deste documento pretendo retratar o percurso por mim percorrido enquanto mestranda, relevando vivências e experiências significativas durante a minha prática supervisionada realizada na Escola Básica e Secundária Domingos Rebelo em Ponta Delgada, assim como momentos de reflexão e de articulação teoria/prática, pelo que constitui uma etapa determinante do meu desenvolvimento profissional e pessoal.

O estudo em causa recaiu numa turma do 11^o ano do ensino profissional, constituída por cinco alunos, 4 rapazes e 1 rapariga, do curso de Técnico de Contabilidade (nível IV), na Escola Secundária Domingos Rebelo, situada em Ponta Delgada.

A turma em estudo, iniciou no ano letivo 2020/2021 com 11 alunos matriculados, encontra-se atualmente com 5, tendo sofrido um abandono escolar na ordem dos 55%. Considerando o elevado abandono escolar, as observações realizadas nas aulas do professor cooperante e a análise das entrevistas realizadas aos alunos, ficou evidente a existência de um problema de motivação que como defendem Alcará e Guimarães (2007), tem implicações diretas na qualidade do envolvimento do aluno com o processo de ensino e aprendizagem, nestas circunstâncias, resolvi adotar outra forma de trabalho e optei como filosofia de ensino ao longo da minha prática supervisionada, a metodologia de trabalho de projeto, por promover a participação ativa dos alunos, a sua motivação, o trabalho cooperativo e colaborativo, a capacidade de investigação, a autonomia e criatividade dos alunos, assim como um ambiente saudável em sala de aula.

No quadro desta metodologia procurei trazer o mundo do trabalho para o contexto da sala de aula, esta transformou-se num “gabinete de contabilidade”, os alunos tornaram-se técnicos de contabilidade, enfrentaram tarefas, instrumentos e situações reais numa tentativa de responder à questão de investigação “A aplicação do trabalho de projeto como estratégia ligada ao contexto de trabalho poderá incrementar o interesse e o desempenho dos alunos na área da contabilidade?”. De acordo com a questão de investigação também foram considerados objetivos: o

papel da metodologia de trabalho de projeto na motivação dos alunos para a aprendizagem; o papel da metodologia de trabalho de projeto na autonomia e capacidade de investigação dos alunos e o papel da metodologia de trabalho de projeto no incremento do interesse dos alunos pela profissão.

Este Relatório da Prática de Ensino Supervisionada na sua estrutura contém 5 partes:

A primeira parte foca a problemática, o objetivo e as questões de investigação, explica qual a metodologia de investigação que foi usada e indica os métodos e instrumentos de recolha de dados utilizados.

Na segunda parte, encontra-se ilustrado o enquadramento teórico, baseado na revisão de uma literatura relativamente aos temas abordados ao longo deste relatório.

Ao longo da terceira parte contextualizou-se a prática de ensino supervisionada, caracterizou-se a escola cooperante, a turma cooperante e a UFCD 0575- Imposto Sobre o Rendimento.

A quarta parte retrata a prática pedagógica realizada, apresentando a unidade didática e respetivos objetivos, bem como as estratégias de ensino adotadas e as planificações.

A quinta parte dedica-se ao tratamento e análise de dados recolhidos, onde são apresentadas reflexões, conclusões, limitações ao estudo e recomendações para futuras investigações.

1. A Problemática e a Metodologia de Investigação

1.1 Problemática e objetivo de investigação

A turma cooperante sobre a qual recaiu o meu estudo, iniciou o curso profissional de técnico de Contabilidade em 2020/2021 até ao presente momento até ao momento presente registou um abandono na ordem dos 55%. O elevado abandono escolar observado ao longo dos dois primeiros anos, associado às observações realizadas nas aulas do professor cooperante, na sua maioria expositivas, e da análise das entrevistas realizadas aos alunos da turma cooperante, ficou evidente a desmotivação dos alunos para a conclusão do curso e para a prática da profissão enquanto Técnicos de Contabilidade, e como a motivação está diretamente relacionada com o processo de aprendizagem do aluno e consequentemente com o desempenho escolar como defendem (Todorov & Moreira, 2005; Zenorini & Santos, 2010), decidi trabalhar em torno dessa problemática.

1.2 Objetivos da investigação

A questão de investigação, “A aplicação do trabalho de projeto como estratégia ligada ao contexto de trabalho poderá incrementar o interesse e o desempenho dos alunos na área da contabilidade?”, tem por objetivos verificar:

- O papel da metodologia de trabalho de projeto na motivação dos alunos para a aprendizagem;
- O papel da metodologia de trabalho de projeto na autonomia e capacidade de investigação dos alunos;
- O papel da metodologia de trabalho de projeto no incremento do interesse pela profissão.

1.3 A Metodologia de Investigação

A prática de ensino supervisionada é a essência da formação na área da docência e constitui uma componente da formação em metodologias em investigação educativa que, para Oliveira (2015) tem como objetivo “proporcionar os contributos necessários para identificação de problemas, necessidades e possíveis soluções, com a finalidade de facilitar e provocar nos estudantes e nos professores melhorias nas suas práticas». A autora afirma que a partir do momento em que se decida realizar uma investigação educativa este estudo é necessário:

- Classificar o que se pretendia fazer;
- Definir qual a abordagem a ser utilizada;
- Perceber qual o melhor método de recolha de dados.

O trabalho de investigação realizado no âmbito da prática de ensino supervisionada subentende o papel do professor como investigador e como defendido por Alarcão (2001) deve assumir uma atitude intelectual e crítica perante uma situação problemática, questionando e questionar-se sistematicamente por forma a compreendê-la e solucioná-la.

Segundo Oliveira (2015) “o paradigma de investigação é um fator decisivo, para qualquer investigação, conduzindo o investigador na tomada de opções durante o seu trabalho metodológico”

Neste trabalho de investigação sobre a própria prática, o paradigma investigação foi o interpretativo através de uma abordagem qualitativa.

A investigação é qualitativa, os métodos e técnicas de recolha de dados como defendido por Bogdan e Biklen (1994, p.47), ocorrem de forma direta e em contexto natural; os dados recolhidos são de natureza descritiva; o processo é mais valorizado do que o produto; os dados são analisados de forma indutiva; o sentido que os participantes atribuem às experiências é o ponto de interesse do investigador, salientando Oliveira (2015), “é essencial que a capacidade interpretativa do investigador nunca perca o contacto com o desenvolvimento do acontecimento”

São vários os fatores que sustentam o facto de estarmos perante um paradigma interpretativo:

- Investigação de dimensão reduzida, o estudo recai apenas numa turma e apenas com 5 alunos;

- Envolvimento pessoal do investigador com os intervenientes;
- Interpretação pessoal do investigador na análise dos dados recolhidos;
- A investigação procura compreender o papel que a metodologia de trabalho de projeto assume na motivação dos alunos e no decorrer das aulas através de técnicas de observação.

Como afirma Costa e Oliveira (2015), o investigador tem ao seu alcance inúmeras ferramentas tecnológicas que lhe permitem apoiar a análise dos dados recolhidos em contexto de sala de aula, que por si só, são insuficientes e deve recorrer a análise de dados provenientes de um estudo sobre a aplicação de metodologias diversas, neste estudo a metodologia adotada foi a metodologia de trabalho de projeto.

1.4 Métodos e instrumentos de recolha de dados

Os dados recolhidos ao longo da investigação e como Bogdan, & Biklen (1994, p. 16) referem “são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico.”, tornou-se relevante fossem obtidos no contexto real de salas de aula e através da interação e da proximidade com alunos e professor cooperantes e permitiram descrever, analisar e interpretar os fenómenos de interesse que estavam associados ao problema e às questões orientadoras da investigação.

Foram observados 20 tempos letivos, cada tempo letivo com uma duração de 45 minutos e em segmentos de 4 tempos letivos por dia.

A recolha de dados, tendo como foco a aula, centrou-se na observação de aulas através de grelhas de observação e elaboração de um diário de campo e em entrevistas semiestruturadas (guiões de entrevista) ao respetivo docente e alunos que por ser um número reduzido foram individuais.

O principal propósito da recolha de informação através das observações de aulas e das entrevistas foi registar comportamentos e experiências, opiniões, histórias de vida e conhecimentos que caracterizassem, de forma tão rigorosa quanto possível os alunos e a prática letiva ao longo da investigação.

1.5 Questões de natureza ética

Ao longo da investigação foi preocupação constante ter em consideração os princípios e orientações de foro ético a respeitar e que se encontram estipulados na Carta de Ética do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, realizando todo o trabalho de pesquisa com transparência e rigor, sem recurso a falsificações, distorções ou plágio.

A relação com os participantes da investigação, todas as pessoas que, de forma direta ou indireta, estiveram envolvidas no processo de investigação, foi pautada pelo princípio fundamental de respeito por cada Pessoa, enquanto ser humano único, inserido em comunidades e em grupos sociais com os quais estabelece relações de interdependência. Foi assegurada a confidencialidade e anonimato de todos os participantes, sempre que necessário foram atribuídos nomes fictícios.

No processo de recolha de dados foram solicitadas autorizações aos encarregados de educação para a aplicação de dois inquéritos por entrevista aos alunos da turma cooperante, de forma a garantir o consentimento informado de todos os participantes e respetivos representantes legais. A autorização encontra-se disponibilizada no Apêndice I.

2. Enquadramento Teórico

2.1 A motivação na educação e a metodologia de trabalho de projeto

2.1.1 A motivação na educação

A palavra motivação vem do latim *movere* e significa mover, significa força motor ou força interna que provoca uma determinada atitude, ou a realizar determinada tarefa.

Para Vernon (1973 citado em Todorov e Moreira, 2005), a motivação é uma espécie de força interna que emerge, regula e sustenta todas as nossas ações mais importantes. Contudo, é evidente que motivação é uma experiência interna que não pode ser estudada diretamente”, e como defende Chicati (2000), é diferente de pessoa para pessoa e depende dos interesses de cada um. De acordo com Paim (2001) que considera ser um dos principais fatores que intervém no comportamento humano, no seu envolvimento em atividades desde as mais simples às mais complexas, como as que envolvem a aprendizagem, o desempenho e a atenção. Por um lado e segundo Campos (1995), a motivação assume extrema importância no processo de aprendizagem; por outro lado a desmotivação escolar é considerada por Müller (1998) como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos professores, levando-os a experimentar vivências frustradas juntos aos seus alunos, como falta de interesse e indisposição para alcançar os objetivos educacionais.

Atualmente a motivação é o foco de interesse e de estudo para muitos autores e as investigações permitem concluir que a relação entre a aprendizagem e a motivação é de reciprocidade: a motivação pode interferir na aprendizagem e no desempenho, bem como a aprendizagem pode produzir um efeito na motivação (Mitchell Jr, 1992; Pfromm, 1987; Schunk, 1991, como citado em Lourenço & Paiva, 2010).

De acordo com Lourenço e Paiva (2010) no campo de educação a motivação dos alunos deveria ser o objetivo a atingir pois segundo estes autores, esta está diretamente relacionada com o seu envolvimento no processo ensino aprendizagem, na medida em que o rendimento escolar não pode ser explicado unicamente por conceitos como inteligência, contexto familiar e condição socioeconómica, sabe-se

que problemas motivacionais podem comprometer seriamente a aprendizagem dos alunos, esta, por sua vez, representa um fator central para o desenvolvimento pessoal e acadêmico dos mesmos (Boruchovitch &, Martini 2004), não negando os efeitos que o contexto social e cultural tem sobre a motivação do aluno, Tapia (1997) afirma que, o contexto escolar, definido e controlado em grande medida pela atuação do professor, afeta de forma significativa, a forma de como decorre o trabalho em sala de aula e, por conseguinte, importa descobrir que estratégias adotar, por forma a que os alunos se interessem em adquirir os conhecimentos e capacidades que a escola propõe. De acordo com Alcará e Guimarães (2007) os alunos, quando motivados, ficam mais despertados para aquisição de novos conhecimentos e dispostos para enfrentar novos desafios, o que foi sustentado por Boruchovitch e Guimarães (2004), quando afirma que:

Um estudante motivado mostra-se ativamente envolvido no processo de aprendizagem, engajando-se e persistindo em tarefas desafiadoras, despendendo esforços, usando estratégias adequadas, buscando desenvolver novas habilidades de compreensão e de domínio. Apresenta entusiasmo na execução das tarefas e orgulho acerca dos resultados de seus desempenhos, podendo superar previsões baseadas em suas habilidades ou conhecimentos prévios.

De acordo com Lourenço e Paiva (2010) os professores devem planificar as aulas levando em linha de conta os interesses dos alunos e de forma interdisciplinar com a finalidade de cativar os alunos para os conteúdos a abordar, porque, conforme Vygotsky (2002), quando as tarefas propostas não atendem aos interesses destes, tendem a ser assimiladas com mais dificuldade.

A motivação dos alunos como defende Stipek (1998) e Prinrich (2003), pode ser inferida através da observação de comportamentos como por exemplo o iniciar rapidamente uma tarefa e empenhar-se nela com esforço, persistência e verbalizações.

Para Tapia (1997), o professor ao refletir sobre as diferentes formas de atuar, numa interação dinâmica com o aluno, pode contribuir para criar um clima em sala de aula capaz de despertar o interesse e a motivação para aprender, pois esta segundo Boruchovitch (2009), deve ter um ambiente afável proporcionando ao aluno um sentimento de pertença, no entender desta autora a motivação, em concreto, não é somente uma característica própria do aluno, mas também mediada pelo professor, pelo ambiente de sala de aula e pela cultura da escola. A autora defende que, a forma principal de promover a motivação, é o professor ser ele próprio um modelo de pessoa motivada e como defende Neto (1996 citado em Ribeiro, 2001) ter em

consideração a multiplicidade de estilos motivacionais existentes na sala de aula para poder adaptar as estratégias e os recursos didáticos utilizados.

Autores como Camargo, Camargo e Souza (2019), chegam mesmo a afirmar que um dos objetivos de ensino para os professores é inspirar os alunos, incentivando-os e estimulando-os a envolverem-se no processo de aprendizagem, de tal forma que estes comecem a gerar sua própria motivação.

2.1.2 A metodologia de trabalho de projeto

Hoje em dia, estamos constantemente a ouvir falar de projetos. Em notícias, entrevistas ou documentos programáticos, surgem frequentes referências a projetos dos mais variados tipos e nos mais diversos domínios de atividade: projetos de investigação ou de desenvolvimento, projetos políticos ou profissionais, projetos de vida ou de carreira. Realizações concretas associadas a um elevado grau de complexidade são apresentadas como projetos: a construção de uma ponte, a criação de um novo canal televisivo, o lançamento de uma associação. A comunidade educativa não foge à regra. Seja na literatura especializada, no discurso oficial ou no interior da própria escola, deparamo-nos todos os dias com referências, por exemplo, aos projetos educativos, aos projetos curriculares ou aos projetos de formação (Abrantes, 2002)

Para a maioria dos autores, o conceito de projeto surge do movimento de educação progressista seguindo a mesma linha de pensamento de John Dewey (1859-1952), que preconiza abordagens pedagógicas que incluam o experimentalismo, a preocupação com as necessidades e motivações intrínsecas dos formandos e os seus ritmos e diferenças individuais, bem como a necessidade de nunca desligar a teoria da prática. Segundo Cortesão (1988), o trabalho de projeto pode ser definido como: “uma atividade intencional através da qual o ator social, tomando o problema que o interessa, produz conhecimentos, adquire capacidades, revê e/ou adquire atitudes e/ou resolve problemas que o preocupam através do estudo e envolvimento numa questão autêntica ou simulada da vida real.”

O trabalho de projeto, por possuir um carácter interventivo impactante na realidade, vem atribuir sentido e significado às aprendizagens. Segundo Abrantes (1994), uma das principais características do trabalho de projeto prende-se com o facto de ter uma situação concreta e real como ponto de partida e de se centrar em problemas.

Nas palavras de Leite, Malpique e Santos (1989:140), o trabalho de projeto é uma metodologia que “envolve trabalho de pesquisa no terreno, tempos de planificação e intervenção com a finalidade de responder a problemas encontrados, problemas considerados de interesse para o grupo e com enfoque social”.

Cabe à escola e aos professores, a responsabilidade de encararem a liberdade e a autonomia enquanto valores essenciais à integração social, pelo que deverão formar cidadãos autónomos e participativos. Nesse contexto, a metodologia de trabalho de projeto assume um papel importante uma vez que pressupõe uma elevada autonomia por parte dos alunos, que para Vasconcelos (2011), deve abranger a “capacidade de interpretar e abordar problemas, de contestar interpretações, lendo o ambiente (numa verdadeira “prática etnografada”), procurando recursos locais, negociando significados”. Esta caracteriza-se por envolver trabalho de pesquisa no terreno, tempos de planificação e intervenção com a finalidade de responder a problemas encontrados, problemas considerados de interesse para o grupo e com enfoque social” (Leite, Malpique & Santos, 1989).

É defendido por Vygotsky, (1978), os projetos são significativos para as crianças, trabalham na sua “zona de desenvolvimento próximo” e provocam pesquisas estimulantes, não apenas para as crianças, mas para os adultos que com elas interagem. Estes projetos têm relevância social e cultural, têm conteúdo ético e estético, promovem nas crianças um sentido de responsabilidade social, criam dissonâncias cognitivas, educam o sentido de pesquisa e de inovação (Vasconcelos, 2011). Prosseguindo a inspiração de Dewey (1959), o trabalho de projeto promove os fins sociais da educação e mobiliza as crianças para uma intervenção social progressivamente mais ampla. Sendo espectável que os alunos se sintam motivados e desenvolvam quer a autonomia, quer a sua capacidade crítica no que respeita aos seus percursos, opções e aprendizagens.

A metodologia de trabalho de projeto sendo um método de trabalho orientado para a resolução de problemas requer a participação de cada membro de um grupo, considerando as suas capacidades, com vista à realização de um trabalho conjunto, decidido, planificado e organizado de comum acordo (Vasconcelos, 2011).

O papel do professor, na realização de um projeto, por ser um contexto onde impera a cooperação, é o de mentor a quem cabe, segundo Abrantes (2002), a função de “ajudar os alunos a converter os seus interesses e desejos em projetos, no sentido de ações refletidas e planeadas”, deve incentivar e promover o contributo dos alunos na escolha dos projetos e das atividades a desenvolver, de acordo com Doll (1986), o mero facto de chamar os alunos a dar a sua opinião resulta numa maior participação, envolvimento e responsabilidade em relação às atividades a serem desenvolvidas.

Dewey (1910, citado por Gambôa, 2011) referia que esta metodologia apresenta duas fases iniciais: “(1) Para que o aluno pense, estude; (o que no sentido verdadeiro do termo significa investigar) é necessário, primordialmente, que haja uma experiência na qual ele se encontre implicado (interessado); e (2) essa experiência, para que suscite a reflexão, tem que ter em si uma qualidade problemática ou alguma coisa nova que escape à rotina e desperte curiosidade”.

De referir por fim, e segundo Barbosa e Moura (2013), que a adoção desta metodologia se revela como uma mais valia no âmbito da lecionação, particularmente no que concerne ao ensino profissional, na medida em que “com métodos ativos os alunos assimilam maior volume de conteúdo, retêm a informação por mais tempo e aproveitam as aulas com mais satisfação e prazer.” (Barbosa & Moura, 2013, p. 56).

2.2 O ensino profissional

O ensino profissional ou técnico é definido pela UNESCO (1997, p. 26) como “ensino concebido principalmente para permitir aos participantes a aquisição de competências práticas, saber-fazer e compreensão necessária para trabalhar numa determinada profissão ou ofício ou grupo de profissões ou ofícios” e segundo a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional são um percurso de ensino secundário com dupla certificação, ou seja, em que se desenvolvem competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente se obtém o nível secundário de educação.

Segundo Azevedo (2014), as escolas profissionais foram criadas em 1989, através de uma iniciativa dos Ministérios da Educação e do Trabalho, em parceria com múltiplos atores sociais com destaque para os empresários, com a missão de dar resposta a muitas inquietações sociais da altura, as elevadas taxas de retenções no ensino básico e secundário que levavam ao abandono escolar.

Durante quinze anos foram uma importante inovação social e educacional e, ao mesmo tempo, um modelo bastante marginal, que coexistiu ao lado das tradicionais ofertas educativas proporcionadas pelas escolas secundárias.

Em 1989, o nível secundário de ensino e de formação foi reestruturado e passou a ter como principais características:

- Após os nove anos de escolaridade básica (três ciclos de 4+2+3 anos), a oferta concentrar-se-ia em três tipos de instituições: as escolas secundárias (com cursos gerais e cursos tecnológicos), as escolas profissionais (com cursos profissionais) e os centros de formação profissional (com cursos de formação em alternância);

- Todos os cursos teriam a duração de três anos (no caso da formação em alternância, admitia-se a possibilidade de alargar alguns meses este período) e todos (todos, sem exceções) teriam três componentes formativas no quadro de um currículo comum (formação geral ou sociocultural, formação específica ou científica e formação técnica ou tecnológica);

- Os cursos conduziriam, no seu final, a diplomas diferentes, mas todos eles seriam equivalentes em termos educativos e para efeitos de prosseguimento de estudos no ensino superior.

O ensino profissional surgiu como alternativa ao ensino regular e constituiu um ponto de viragem no ensino em Portugal. No Decreto-lei 26/89 de 21 de janeiro, através do artigo 3º, encontram-se definidos os objetivos a que este ensino se propõe: “Contribuir para a realização pessoal dos jovens proporcionando, designadamente, a preparação adequada para a vida ativa [e] facultar aos jovens contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional”.

Os programas de ensino e formação profissional podem ser designados por uma variedade de termos alternativos, como sejam ensino vocacional, ensino e formação vocacional, ensino técnico ou educação ao longo da vida, qualquer uma destas terminologias tem como objetivo principal, a promoção do acesso a uma melhoria de qualidade de vida através da qualificação profissional (Afonso & Ferreira, 2017, como citado em Barbosa *et al.*2019).

A partir de 2004 o ensino profissional estende-se às escolas secundárias e estas começam a oferecer cursos profissionais, idênticos aos desenvolvidos pelas escolas profissionais.

Na realidade dos nossos dias, a escola e toda a comunidade escolar deve ser um meio onde se promove a igualdade de oportunidades (acesso a percursos de escolarização mais longos a um maior número de alunos, não considerando, no entanto, as suas diferenças) e a equidade (disponibilização de diferentes alternativas e estratégias para que um número elevado de alunos possa atingir o sucesso escolar), autores defendem que, é necessário proporcionar a cada um, desde os

primeiros anos, o máximo possível de oportunidades que favoreçam o seu desenvolvimento pessoal, para tal é essencial que se as escolas estejam estruturadas de modo a responder às necessidades de todas as crianças, assim sendo, a introdução de cursos profissionais nas escolas públicas parece ser uma medida de política que mais do que responder à questão da igualdade de oportunidades tende a deslocalizar a preocupação política para a questão da equidade, Seabra (2009).

O insucesso no secundário leva, na maioria das vezes, ao abandono escolar o que se traduz na falta de qualificação na oferta de mão-de-obra, ou, pior ainda, num aumento das taxas de desemprego, já que, frequentemente, “o insucesso na escola prefigura o insucesso no mercado de trabalho” (OCDE, 1989: 116). 9). O incentivo ao ensino técnico e profissional surge como medida para a minimização desse insucesso, que atualmente possui uma oferta diversificada e representa uma fatia considerável dos alunos do ensino secundário. Tem como objetivos, por um lado, contribuir para a formação integral dos jovens, em pé de igualdade com os alunos do ensino secundário regular, e, por outro, facultar-lhes contactos com o mundo do trabalho e experiência profissional que lhes permita uma adequada inserção socioprofissional. Segundo Marques (1994, p.40) “poderá levar ao aumento da escolarização, mantendo no sistema jovens que o abandonariam se essas alternativas não existissem”.

O ensino profissional é caracterizado por ser um processo de aprendizagem direcionado para o mercado de trabalho, que promove a sistematização de conclusões e a apresentação de trabalhos; cuja componente técnica e profissional do currículo exige a ligação da escola ao mundo do trabalho, através da formação em contexto de trabalho nas empresas, o que pode ser positivo para os alunos que têm dificuldade em adaptar-se a um ensino mais académico.

É um ensino centrado numa avaliação realizada por módulos, sistemática, tendo por objeto os resultados, os processos, as atitudes e os comportamentos, sendo fundamental a permanente interação entre professor/aluno, de portefólio (relatórios, trabalhos escritos, fichas de leitura, tratamento de pesquisas), sumativa no final de cada módulo. A componente prática do programa pode tornar a vida quotidiana na escola mais atraente para muitos jovens e contribuir para manter o interesse dos alunos em dificuldade (OCDE, A 1989).

Impulsionar o capital humano, a empregabilidade e a competitividade são os objetivos centrais da "Agenda Novas Competências para a Europa"... Uma das

ações previstas é a de tornar a educação e formação profissional numa primeira escolha, reforçando as oportunidades de os alunos enveredarem por uma experiência de aprendizagem em contexto laboral e divulgando os resultados positivos da educação e formação profissional no mercado de trabalho e segundo a Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional preparam os jovens para uma mais fácil e qualificada inserção no mercado de trabalho e permitem a realização de estudos ao nível pós-secundário e ensino superior.

Em 2013 são criadas medidas dirigidas à competitividade, ao crescimento e ao emprego, regulamentadas na portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro. Neste âmbito o Governo assumiu, ainda, o compromisso de ajustar a oferta de formação às necessidades e prioridades dos diferentes sectores socioeconómicos, tomando particular importância a interação permanente entre as escolas e as empresas. A organização dos cursos profissionais encontra-se regulada no art. 2º da referida portaria e enquadram-se no Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ).

Atualmente, Os Cursos Profissionais integrados no Catálogo Nacional de Qualificações têm duração de três anos, com uma carga horária que varia entre 3100 e 3440 horas, e estão organizados em quatro componentes de formação (Portaria n.º 235-A / 2018, de 23 de agosto):

- Formação Sociocultural - estruturada em disciplinas comuns a todos os cursos, visa contribuir para a construção de identidade pessoal, social e cultural dos alunos;
- Formação Científica - estruturada em duas ou três disciplinas, visa proporcionar uma formação científica consistente com a qualificação a adquirir;
- Formação Tecnológica - organizada em Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), visa a aquisição e desenvolvimento de um conjunto de competências técnicas necessárias ao exercício profissional;
- Formação em Contexto de Trabalho - é realizada em empresas ou noutras organizações, em períodos de duração variável ao longo ou no final da formação, e visa a aquisição e o desenvolvimento de competências técnicas, relacionais e organizacionais relevantes para a qualificação profissional.

Estes cursos culminam com uma apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), na qual são

demonstradas as competências e os conhecimentos que desenvolveram ao longo da formação.

3. Contexto da Prática de Ensino Supervisionada

3.1 Caracterização da Escola

3.1.1 Localização da Escola

A Escola Secundária Domingos Rebelo encontra-se localizada no extremo oeste da ilha de S. Miguel, no Concelho de Ponta Delgada que inclui vinte e quatro freguesias (Relva, Arrifes, Covoada, Ajuda e Pilar da Bretanha, Candelária, Feteiras, Ginetes, Mosteiros, Sete Cidades, Remédios, Santa Bárbara, Santo António, Fenais da Luz, São Vicente Ferreira, Capelas, Fajã de Baixo, Fajã de Cima, Livramento, São Roque, São Sebastião, Santa Clara, São José e São Pedro), sendo o concelho que mais população e atividades económicas concentra. Os seus 233,7 Km² de área são ocupados por cerca de 66 mil habitantes (28% da população dos Açores), com uma densidade populacional de 282 hab/Km², muito acima dos 104 hab/km² da Região. Atualmente, o concelho apresenta uma amostra das principais atividades económicas que se desenvolvem nos Açores. Com uma forte concentração na área dos serviços, o concelho não deixa de ter um papel importante na produção industrial e no setor primário, particularmente as atividades associadas à agropecuária. A bacia dos Arrifes e Covoada é uma das zonas mais importantes da ilha de S. Miguel e dos Açores no que toca à produção de leite. Igualmente importantes no setor primário são todas as freguesias localizadas para poente. O maior peso das empresas da área dos serviços neste concelho, quando comparado com o resto dos Açores, advém da concentração de atividades económicas como serviços bancários, serviços informáticos, serviços de apoio a empresas, serviços comerciais e turismo, entre outros.

A Escola Secundária Domingos Rebelo insere-se, assim, num concelho com grande mobilidade entre o meio urbano e rural, recebendo alunos destas duas realidades distintas. Localizada na zona poente da cidade, encontra-se circundada por várias áreas residenciais, por um centro comercial, uma estação de serviço, pelo cemitério de S. Joaquim, por escolas do 1º e 2º ciclo, pelo Hospital do Divino Espírito Santo, pelo Jardim Botânico António Borges e por várias instituições e organismos.



Figura 1 - Fotografia aérea de Ponta Delgada

3.1.2 História e caracterização da escola

A Escola Secundária Domingos Rebelo é fruto de um longo percurso que data de mais de um século. Tudo começou em 1889 com a criação da então Escola de Desenho Industrial Velho Cabral, por decreto de Emílio Navarro, iniciou as suas funções como escola técnica em 1980, sequência do disposto no Decreto-Lei nº 80/78 de 27 de abril que, face às alterações introduzidas ao nível do ensino secundário, foi considerada obsoleta a distinção entre liceus e escolas do ensino técnico secundário, adotando-se a denominação de Escola secundária. considerado por muitos um grande impulsionador do ensino profissional. Com este decreto são criadas as Escolas Técnicas nos Açores (Angra do Heroísmo e Ponta Delgada). Apesar do decreto ter sido publicado a 22 de agosto de 1889, a Escola só começou a funcionar em 1 de outubro de 1890.

Desde 1890 até dezembro de 1929 funcionou no solar onde nasceu o poeta Antero de Quental, na Rua do Castilho, nº15, (fig.3). O arranque tardio da Escola ficou a dever-se à desconfiança com que se olhava naqueles tempos para o Ensino Técnico Profissional.



Figura 2 - Solar que onde teve início a Escola Secundária Domingos Rebelo

No ano letivo de 1894-95 é criado mais um "departamento" – a Oficina de Marceneiro Entalhador. Esta oficina veio estimular a inscrição de novos alunos que vieram compensar algum decréscimo que se havia sentido em anos anteriores.

A frequência de alunos, apesar de diminuta, manteve-se constante durante longos anos. Esta situação deveu-se essencialmente a dois fatores: à competência dos seus professores e mestres e, em segundo lugar, aos bons resultados que os alunos alcançavam, como se pode comprovar pela leitura de extratos da comunicação social da altura. Dos professores e mestres que engrandeceram o nome da Escola e asseguraram a sua continuidade e evolução, destacam-se os nomes de Constâncio Gabriel da Silva, D. Manuel de la Quadra, Artur Jaime Viçoso May, Domingos Rebelo, José Soares Cordeiro e Januário da Costa.

As reformas do ensino tinham, noutros tempos, tal como ainda hoje acontece, um grande impacto sobre as escolas, levando-as a adaptarem-se às novas diretrizes. Assim, a 5 de dezembro de 1918, pelo Decreto 5 029, mandado publicar pelo Ministro Azevedo Neves, dá-se início a uma reforma que vem fazer a "revisão da categoria dos estabelecimentos de ensino técnico do país". Assim, até a então designada Escola de Desenho Industrial Velho Cabral passa a denominar-se Escola de Artes e Ofícios. Esta nova designação duraria apenas 7 anos, dado que um Decreto de 17 de março de 1925 altera o nome de Escola de Artes e Ofícios para Escola Comercial e Industrial Velho Cabral.

Apesar de não se terem iniciado os novos cursos preconizados pela reforma, o corpo docente chegou a ser nomeado, sendo dirigido pelo Dr. Luís Bernardo Leite Ataíde, um antigo aluno da Escola. Entretanto, em janeiro de 1930, a Escola muda de residência, passando a funcionar na Rua Ernesto do Canto, nº 40, permanecendo aí até setembro de 1937. No ano seguinte, por Decreto de 20 de outubro, criam-se os cursos de Carpinteiro-Marceneiro, Serralheiro, Costura e Bordados e de Comércio. Este último foi transformado, por despacho da tutela, no Curso Complementar de Comércio. Porém, contrariando as expectativas, a comunidade local não reagiu positivamente a esta inovação e tudo continuou como até aí – a Escola vivia num estado de quase hibernação, acompanhado por algum desânimo. O Dr. Luís Bernardo Leite de Ataíde é substituído em 1936, sucedendo-lhe na direção Domingos Rebelo, um antigo aluno da Escola, que dirige a mesma durante cerca de um mês. O seu substituto é José Glória de Andrade, que dirigiria os destinos da Escola até 1940, altura em que Domingos Rebelo é reconduzido no cargo de Diretor, desta vez por nomeação definitiva. Em 1937, o Dr. Duarte Manuel de Andrade

Albuquerque Bettencourt, Presidente da então Junta Geral do Distrito Autónomo, compra um novo edifício.

A Escola muda-se, em outubro de 1937, para a Rua do Mercado. Estas novas instalações situavam-se junto ao Teatro Micaelense, no edifício onde funciona hoje a Escola Roberto Ivens. Em 1947 é publicado o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial (Dec. 37029). Este estatuto veio trazer novos cursos, bem como a exigência de um exame de admissão para os frequentar.

Durante a presidência do Dr. Mário Matos Ramos, a Escola atravessou uma época de alguma instabilidade ultrapassada, em 1949, com a nomeação do Dr. Carreiro da Costa, personalidade de elevada qualidade humana e pedagógica, que consegue imprimir uma nova dinâmica e impor a disciplina que há muito faltava. A partir de setembro de 1950, assume a Direção da Escola o Dr. Aníbal Barbosa, homem dinâmico e empreendedor que promoveu a Escola junto das mais altas instâncias. Sob a sua direção, a Escola deu um grande salto em frente, são expandidas as instalações, tanto em área para docência, como para recreio.

Em 1957, para além do edifício situado na Rua do Mercado, e devido a uma frequência cada vez maior, a Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada ocupa ainda o nº 13 da mesma rua, um edifício que também era pertença da Junta Geral e que sofre algumas obras de adaptação. O número sempre crescente de alunos obriga a que a Escola tenha que mudar de instalações mais uma vez. A 12 de outubro do ano letivo de 1970-71, a Escola Industrial e Comercial muda-se para o seu novo e definitivo edifício, onde ainda hoje funciona.

Em 1980 o Decreto-Lei nº 219/79 de 17 de julho apontou para a necessidade de uniformizar as designações dos estabelecimentos dos ensinos preparatórios e secundário, recorrendo-se ao nome de um patrono. Foi neste contexto que, em 1979, a Escola Industrial e Comercial de Ponta Delgada passou a chamar-se Escola Secundária Domingos Rebelo, (FIG.4).

Esta ideia de adoção de um patrono foi retomada e reforçada no Decreto-Lei nº 93/86 de 10 de maio, ao reconhecer a necessidade de criar nas escolas uma identidade própria como fator fundamental para a sua inserção no meio.



Figura 3 - Escola Secundária Domingos Rebelo



Figura 4 - Logotipo

Através do Decreto-Lei nº 307/90 de 10 de dezembro, foi instituído um processo conducente à escolha e adoção de símbolos representativos da escola. Foi assim que surgiram o estandarte e o logótipo que nos identificam, (Fig. 4):

A Escola tem uma área de terreno de 24.700 m², uma área de implantação de 5.525 m² e uma área de construção de 13.336 m². Com um total de 74 salas de aula de suporte à sua atividade. Em resultado da remodelação e requalificação realizada na escola as funcionalidades educativo-pedagógicas encontram-se assim distribuídas: laboratórios de ciências, ginásio, sala de ginástica/dança, pavilhão, salas de informática, laboratórios de línguas, laboratório de matemática, oficina de eletrónica e informática, oficina de eletricidade e automação, oficina de carpintaria, auditório, biblioteca, sala de convívio dos alunos, bares de alunos e de funcionários, salas de departamentos, sala de diretores de turma, gabinetes de apoio educacional, arquivo e outras instalações (Fig. 5).



Figura 5- Conjunto de fotografias de algumas das infraestruturas

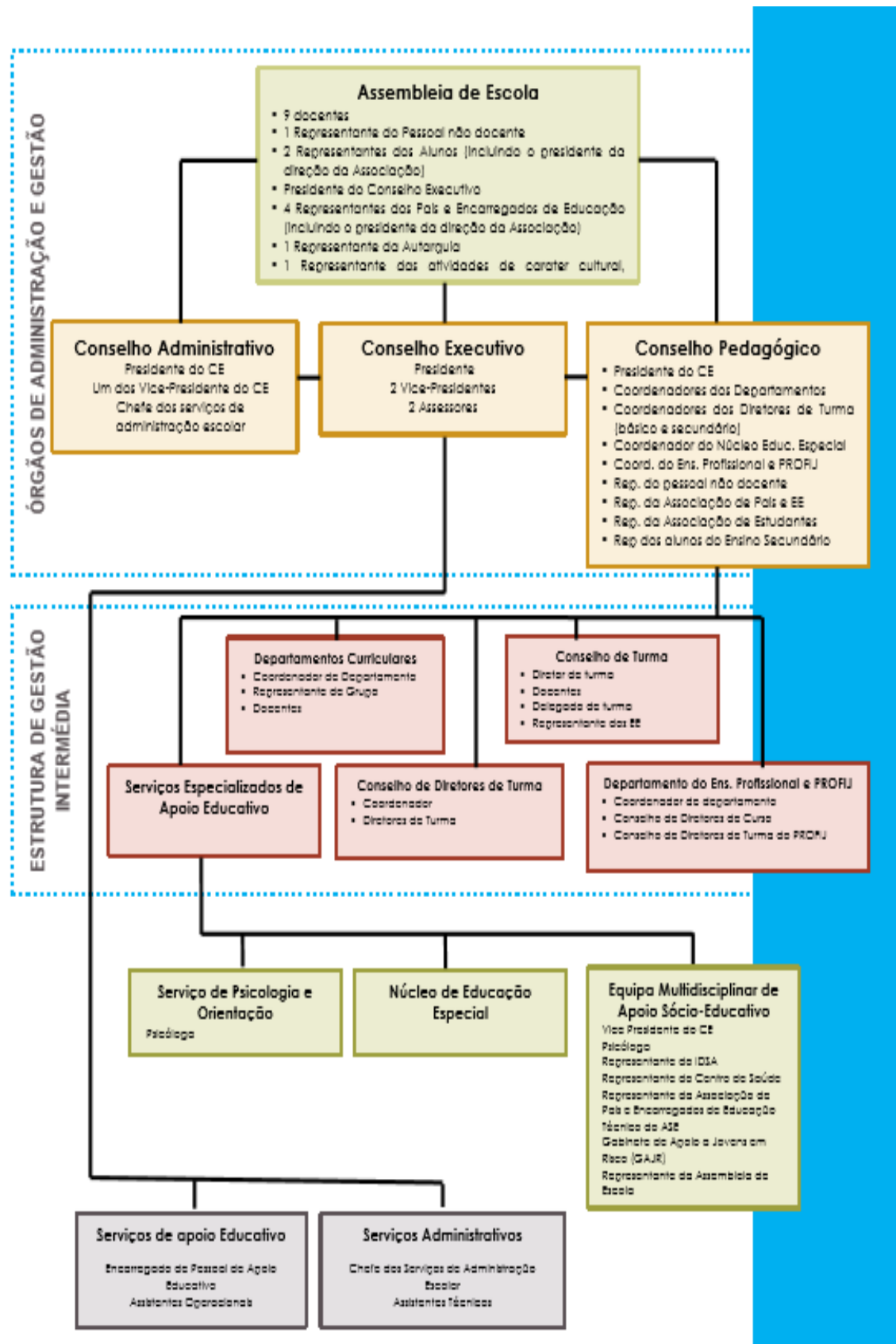


Figura 6 - Organigrama

A Escola Secundária Domingos Rebelo é uma Escola do meio urbano que recebe, no 7º ano de escolaridade, alunos provenientes da Escola Básica Integrada Roberto Ivens e da Escola Básica Integrada Canto da Maia. No ensino secundário dá continuidade ao percurso formativo dos alunos que frequentaram o 3º ciclo na Escola, acolhendo ainda alunos das restantes escolas básicas integradas e secundárias do concelho. Recebe, também, alunos de outros concelhos que procuram cursos que não fazem parte do elenco formativo das escolas mais próximas das suas residências.

Em 2021/22 a escola teve uma oferta formativa diversificada:

Oferta Formativa da ESDR 2021/22				
ENSINO BÁSICO	ENSINO SECUNDÁRIO	CURSOS PROFISSIONAIS/PROFIJ		ENSINO RECORRENTE POR BLOCOS CAPITALIZÁVEIS
3º ciclo	CURSOS CIENTÍFICO HUMANÍSTICOS	NÍVEL II TIPO 3	NÍVEL IV PROFIS-SIONAL	3º Ciclo Ciências Exatas Ciências Humanas
	Ciências e Tecnologias Ciências Socioeconómicas Línguas e Humanidades Design de Comunicação	Operador/a de Distribuição	Técnico de Agropecuária Técnico Comercial Técnico de Contabilidade Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores Técnico de Informática - Instalação e Gestão de Redes Técnico de turismo ambiental e rural	

Tabela 1 - Oferta Formativa da ESDR 2021/2022

A Escola Secundária Domingos Rebelo possui 1914 alunos, destes 644 no ensino básico, 871 no secundário, 90 nos cursos profissionalmente qualificantes (nível II) e 309 nos cursos profissionais (nível IV).

O Plano Educativo da escola ESDR, tem por objetivos:

- Criar uma comunidade educativa que se oriente para o crescimento intelectual, afetivo e social dos seus membros;
- Favorecer o desenvolvimento da autonomia pessoal, alicerçada numa consciência crítica dos interesses e valores e no conhecimento das capacidades e aptidões próprias, dentro de princípios de liberdade, responsabilidade e solidariedade;
- Promover a capacidade de análise, do espírito crítico e da criação de soluções alternativas para os problemas da realidade envolvente;
- Contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – mente e corpo, inteligência e sensibilidade, sentido estético e de responsabilidade pessoal;
- Criar relações francas dentro da Escola e entre a sociedade e a Escola;
- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida escolar;
- Formar as pessoas a nível científico, tecnológico, pedagógico e cívico;
- Dotar a Escola de condições que lhe permitam enfrentar as mudanças, cada vez maiores, do universo escolar e profissional;
- Promover a igualdade de oportunidades de sucesso educativo/escolar através de medidas que contribuam para compensar desigualdades e resolver dificuldades específicas de aprendizagem;
- Promover o despiste e a orientação vocacional;
- Inculcar o desejo de uma educação que não se reduza a uma mera escolarização, mas prossegue ao longo de toda a vida, proporcionando aos indivíduos o conhecimento do mundo que os rodeia para que se comportem, nele, como sujeitos responsáveis e justos;
- Dotar a Escola de recursos humanos e materiais adequados ao desempenho das diferentes funções;
- Institucionalizar uma segunda oportunidade de sucesso educativo, diversificando o currículo.

A ESDR, rege-se por uma série de princípios, valores e competências. Dos princípios gerais orientadores da sua prática, salientamos a reflexão através do incentivo do hábito de repensar os procedimentos de todos os seus diferentes agentes, alunos, pais, professores, funcionários e membros da comunidade, a comunicação através da partilha de conhecimentos, das reflexões e das experiências e o dinamismo, citando o PEE, “uma escola culturalmente viva tem mais probabilidades de se configurar como um espaço de aprendizagens significativas para todos os elementos nela intervenientes”. A liberdade e responsabilidade; solidariedade, respeito e tolerância; amizade e cooperação e justiça, são os valores a respeitar e a desenvolver. As competências a desenvolver assentam nos quatro pilares essenciais do conhecimento: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos, aprender a ser, via essencial que integra os três precedentes.

A escola de referência possui como missão:

- Assegurar a melhoria efetiva dos resultados de aprendizagem, a redução real e efetiva da taxa de insucesso escolar e a prevenção do abandono escolar, são prioridades do Projeto Educativo e do Plano Anual de Atividades;
- Aumentar os níveis de motivação e de reconhecimento pessoais e profissionais dos docentes e não docentes;
- Envolver os Encarregados de Educação em todo o processo educativo.

A ação educativa recai sobre cinco áreas: Alunos, visando o seu sucesso; incentivando as relações escola /comunidade; promovendo as atividades e projetos de enriquecimento e complemento curricular; na formação e na gestão e organização escolar, (Fig.7)



Figura 7 - -Áreas de atuação da ação educativa

3.2 Caracterização da turma

A turma sobre a qual se recaiu o estudo da Prática de Ensino Supervisionada é uma turma do Curso Profissional de nível IV de Técnico de Contabilidade, a turma encontra-se no 11ºano; 2º ano do curso.

No ano 2020/2021 matricularam-se, nesta turma 11 alunos, desses alunos 4 desistiram ao longo do ano. No presente ano letivo, quando da observação das aulas dadas pelo professor cooperante a turma possuía 7 alunos, 4 rapazes e 3 raparigas, deste apenas 5 chegaram ao mês de janeiro, 4 rapazes e 1 rapariga, cuja média de idades é 18 anos.

No início do estudo e após recolha de dados através de questionário por entrevista aos alunos chegou-se à seguinte caracterização da turma:

Os alunos foram unânimes a responder que gostam da escola, que tem boas condições, possui bons espaços de lazer.

Quando questionados pelas condições das salas de aula todos responderam que estas, na sua maioria estão bem equipadas com projetor, ou com televisão, portáteis e quadros brancos, quando isso não acontece basta requisitar.

Às questões relacionadas com os métodos de ensino praticados na disciplina de Contabilidade, 100% dos alunos responderam que gostariam que houvesse mais aulas práticas, pois percebem com mais facilidade, gostam de trabalhar em grupo e ajudam-se mutuamente.

Quando questionados se estudam em casa foram unânimes a responder que não têm tempo, que chegam muito tarde a casa.

Das disciplinas lecionadas, 71% dos alunos disseram que têm melhores resultados nas unidades de curta duração.

Dos 7 alunos inquiridos, 28,5% afirmaram que não queriam prosseguir estudos e estavam com intenções de desistir, ao serem questionadas da razão, uma afirmou que não conseguia chegar ao fim do curso, a outra disse que estava a atravessar uma depressão. Dos restantes, 43% afirmam que não pretendem seguir a profissão de técnico de contabilidade. Quando questionados se curso correspondia às expectativas que tinham, foram unânimes em responder que sim.

Relativamente à assiduidade a turma possui uma assiduidade muito irregular.

3.3 Caracterização do Curso Profissional de Técnico de Contabilidade

A criação do curso profissional de Técnico de Contabilidade foi decretada pelo nº5 do art. 5º do Decreto-Lei nº 74/2004, de 26 de março, o plano de estudos do curso é constante do anexo nº 1 da referida portaria, este inclui três componentes de formação

- Sociocultural;
- Científica;
- Técnica - inclui obrigatoriamente uma formação em contexto de trabalho.

O perfil de desempenho à saída do curso como consta no anexo n.º 2 da Portaria n.º 914/2005 de 26 de setembro e divulgado na ANQEP (Agência Nacional

para a Qualificação e o Ensino Profissional). O Técnico de Contabilidade deverá ser capaz de exercer as seguintes atividades:

1. Organizar e classificar os documentos contabilísticos da empresa ou serviço público.
 - 1.1 Analisar a documentação contabilística, verificando a sua validade e conformidade, e separá-la de acordo com a sua natureza;
 - 1.2 Classificar os documentos contabilísticos, em função do seu conteúdo, registando os dados referentes à sua movimentação, utilizando para o efeito o Sistema de Normalização Contabilística do setor respetivo.
2. Efetuar o registo das operações contabilísticas da empresa ou serviço público, ordenando os movimentos pelo débito e crédito nas respetivas contas, de acordo com a natureza do documento, utilizando aplicações informáticas e documentos e livros auxiliares e obrigatórios.
3. Contabilizar as operações da empresa ou serviço público, registando débitos e créditos.
 - 3.1 Calcular ou determinar e registar impostos, taxas, tarifas a receber e a pagar;
 - 3.2 Calcular e registar custos e proveitos;
 - 3.3 Registar e controlar as operações bancárias, extratos de contas, letras e livranças, bem como as contas referentes a compras, vendas, clientes, fornecedores, outros devedores e credores e demais elementos contabilísticos incluindo amortizações e provisões.
4. Preparar, para a gestão da empresa ou serviço público, a documentação necessária ao cumprimento das obrigações legais e ao controlo das atividades.
 - 4.1 Preencher ou conferir as declarações fiscais, e outra documentação, de acordo com a legislação em vigor;
 - 4.2 Preparar dados contabilísticos úteis à análise da situação económico-financeira da empresa ou serviço público, nomeadamente, listagens de balancetes, balanços, extratos de conta, demonstrações de resultados e outra documentação legal obrigatória.
5. Recolher dados necessários à elaboração, pela gestão, de relatórios periódicos da situação económico-financeira da empresa ou serviço

público, nomeadamente, orçamentos, planos de ação, inventários e relatórios.

6. Organizar e arquivar todos os documentos relativos à atividade contabilística.

Deverá ter as seguintes competências:

Saber - saber

1. Língua portuguesa.
2. Língua estrangeira (utilização de vocabulário técnico).
3. Informática na ótica do utilizador (processamento de texto, folha de cálculo, base de dados, correio eletrónico e Internet).
4. Aplicações informáticas de contabilidade.
5. Segurança, higiene e saúde aplicadas à atividade profissional.
6. Noções básicas de organização empresarial/serviço público.
7. Organização do trabalho e gestão do tempo.
8. Noções básicas de cálculo comercial e financeiro.
9. Noções básicas de análise financeira e gestão de orçamentos.
10. Noções básicas de legislação laboral, comercial e das sociedades.
11. Noções básicas de estatística.
12. Contabilidade geral, analítica e orçamental – Sistema de Normalização Contabilística (para empresas ou serviços públicos).
13. Fiscalidade.
14. Comunicação e relações interpessoais.
15. Tipologia, circuitos e preenchimento de documentação.
16. Organização e arquivo de documentação.
17. Materiais e equipamentos de escritório.
18. Normas de sistemas de gestão da qualidade.

Saber-fazer

1. Utilizar os materiais e equipamentos necessários à execução do trabalho contabilístico.
2. Utilizar as aplicações informáticas na elaboração de documentação e no registo de informação.

3. Utilizar as aplicações informáticas específicas da área da contabilidade
4. Identificar os diferentes tipos de documentos e o circuito da documentação.
5. Aplicar as técnicas de organização e arquivo de documentação.
6. Aplicar os procedimentos necessários ao preenchimento de documentação bancária, comercial, fiscal e outra.
7. Aplicar as operações de cálculo na determinação do montante das obrigações legais e outras despesas ou receitas da empresa ou serviço público.
8. Utilizar os procedimentos de classificação de documentos contabilísticos da empresa ou serviço público.
9. Aplicar o Sistema de Normalização Contabilística no registo das operações contabilísticas, no apuramento dos resultados e no encerramento das contas da empresa ou serviço público.
10. Aplicar os pressupostos da contabilidade analítica e orçamental na classificação de gastos e no cálculo e análise de desvios.
11. Aplicar técnicas de recolha e tratamento de dados necessários à elaboração de relatórios da situação económica da empresa ou serviço público.
12. Utilizar terminologia técnica em língua portuguesa e numa língua estrangeira na interpretação de documentação.

Saber - ser

1. Manter organizado o posto de trabalho de forma a permitir responder às solicitações do serviço.
2. Facilitar o relacionamento com interlocutores diferenciados.
3. Adotar comportamentos assertivos nas relações com os públicos.
4. Tomar iniciativa na resolução de situações concretas.

4. Prática de Ensino Supervisionada

4.1 Unidade letiva de intervenção

A Prática de Ensino Supervisionada realizada no âmbito da disciplina de IPP IV recaiu sobre a unidade de formação de curta duração (UFCD) com o código 0575 denominado imposto sobre o rendimento, inserida na componente tecnológica do curso profissional de Técnico de Contabilidade, com a duração de 50 horas convertidas em 67 tempos. Decorreu ao longo de 32 tempos, 16 dos quais apenas foram sujeitos a observação da prática letiva do professor cooperante, sendo os restantes por mim lecionados. As aulas decorreram em blocos de 4 tempos, sendo considerado cada tempo de 45 minutos uma aula.

Como objetivos gerais da UFCD, os alunos devem ser capazes de: descrever, interpretar e aplicar os conceitos afetos ao imposto sobre o rendimento de pessoas singulares (IRS). A ANQEP (Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional) indica como aprendizagens essenciais a adquirir na UFCD:

- Identificar a incidência de IRS
- Conhecer a estrutura do IRS:
 - Classificar os rendimentos nas diversas categorias;
 - Reconhecer e aplicar os tipos de taxas existentes
 - Conhecer as deduções específicas a aplicar;
 - Determinar os Abatimentos
- Efetuar o apuramento do imposto
 - Calcular o rendimento coletável;
 - Determinar o imposto a pagar ou a receber;
 - Conhecer as declarações de rendimentos

4.2 Planificação da Intervenção

A planificação do professor é a principal determinante daquilo que é ensinado nas escolas (Arends, 1995, p.14) - para este autor, é uma descrição pormenorizada que permite a perceção da forma de pensar do professor, e defende que tal é de importância vital para o ensino pois, como afirma Capucha (2008), contribui para a promoção do sucesso da aprendizagem (Arends, 1995), e vem salientar que este é um documento orientador para o professor, que implica uma reflexão prévia sobre quais os objetivos a atingir, quais as estratégias a utilizar, como as implementar e de que forma deverá avaliar os resultados obtidos.

Segundo Zabalza (1992, p.48), a planificação didática poderá ser entendida como “uma previsão do processo a seguir que deverá concretizar-se numa estratégia de procedimentos que inclui os conteúdos ou tarefas a realizar, a sequência das atividades e de alguma forma, a avaliação ou encerramento do processo”.

A planificação é um documento orientador da atividade do professor, de carácter flexível, adaptável às dinâmicas de sala de aula, permitindo ao professor reduzir incertezas e inseguranças perante a turma. Como defende Arends (1995) fornece quer ao professor, quer aos alunos, um fio condutor, que os leva a não dispersar.

Resumindo, a planificação assume um papel essencial na atividade de qualquer professor, porque é através dela que irá gerir o currículo segundo a sua conceção de ensino, de acordo com as necessidades da turma com que irá desenvolver o trabalho. Fator que leva a planificação a ser um instrumento essencial na prática supervisionada.

Para organizar a intervenção na unidade letiva, a análise e reflexão foram essenciais em todo o processo. Após análise dos dados recolhidos da entrevista aos alunos e da observação de aulas do professor cooperante, passou-se para a fase de reflexão. Refletir para entender de que forma a minha intervenção na unidade didática conduziria a uma mudança e melhoria da prática educativa e a planificação da unidade, veio esquematizar os conteúdos a lecionar, as competências, os objetivos gerais, a metodologia a aplicar, a sequência das atividades propostas, os recursos didáticos a utilizar, a previsão do tempo a despender em cada aula e, por fim, o método de avaliação. Associada a esta planificação de médio prazo, também foi realizada uma planificação de curto prazo: Arends (1995) define-a como o plano diário. Segundo o autor, este tipo de planificação é aquela que recebe mais atenção

por parte dos professores. Denomina-a “um mapa de estradas” onde o professor desenha o guião como a aula deverá ocorrer e procura responder a questões como: o quê, como, para quê e quando ensinar.

4.2.1 Planificação da unidade letiva

Calendarização	Sumários	Desenvolvimento da aula
1/02/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	1ª Observação Sumário: Processamento de salários	- Contribuições para a Segurança Social - Subsídio de almoço - Vencimento liq/Vencimento bruto - Ficha de trabalho
8/12/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	2ª Observação Sumário: Processamento de salários	- Retenção na fonte - Resolução de uma ficha de trabalho
22/02/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	3ª Observação Sumário: Os impostos (IMI, IUC, IRS e IRC)	- Os impostos diretos - IMI - IUC - IRS - IRC
15/03/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	4ª Observação Sumário: Incidência em IRS	- A Incidência do IRS - Categorias dos rendimentos
29/4/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	Aulas lecionadas n.º 1, 2,3,4 Sumário: Aprovação e criação de um Gabinete de Contabilidade. Criação de um Cartaz.	- Arranque e Planificação do Projeto - Definição das atividades a realizar no projeto. - Construção dos cartazes informativos - Elaboração das declarações
3/05/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	Aulas lecionadas nº 5, 6, 7 e 8 Sumário: O Ato Único	- Síntese dos conteúdos lecionados - Noção de trabalho por conta própria - O recibo Verde - Acesso ao portal das finanças - Preenchimento de recibos no portal das finanças - Avaliação das limitações sentidas pelos alunos
10/05/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	Aula lecionada nº 9, 10, 11 e 12: Sumário: Guia Fiscal 2022	- Consolidação dos conceitos anteriormente abordados sobre os diversos impostos - Esclarecimento sobre os itens que compõem a estrutura do IRS: Categorias de rendimentos; Tipos

		<p>de taxas; Deduções específicas e Abatimentos</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aquisição de conceitos através de pesquisa no guia fiscal de 2022. - Os alunos dão resposta a questões colocadas por funcionários. - Avaliação das limitações sentidas pelos alunos
<p>17/05/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20</p>	<p>Aula lecionada nº 13, 14, 15 e 16 Sumário: Rendimento coletável; liquidação; liquidação e pagamento e declarações de rendimentos e outras obrigações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão e aplicação de conceitos abordados em sessões anteriores pelo Prof. Coop. - Cálculo do rendimento coletável: - Resolução de casos enviados ao gabinete, com apoio do professor - Avaliação das limitações sentidas pelos alunos
<p>02/06/2022 3 aulas de 45 min Aulas supervisionadas pelo professor orientador Professor Doutor Belmiro Cabrito 15h às 17h25</p>	<p>Aula lecionada nº 17, 18 e 19 Sumário: Apuramento do IRS</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Informação dos objetivos a atingir na aula - Síntese de conteúdos abordando alguns impostos do sistema fiscal português - Síntese dos conceitos afetos ao imposto lecionado em aulas anteriores - Apuramento do imposto relativo a um funcionário - Avaliação das limitações sentidas pelos alunos
<p>07/06/2022 3 aulas de 45 min 8h30 às 13h20</p>	<p>Aula lecionada nº 20, 21,22 Sumário: Avaliação</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Foi aplicado um caso prático a cada um dos alunos que o resolveram individualmente sem recorrer a apoio - Realizou-se um questionário oral aos alunos. - Foi realizado um balanço das mais-valias obtidas com a aplicação do projeto.

Tabela 2 - Planificação da unidade letiva

4.2.2 Planos de aula

Em apêndice.

4.3 Implementação de estratégias

Considerando que as estratégias de ensino devem ser capazes de motivar e envolver os alunos em todo o processo de ensino-aprendizagem e como é defendido por Sousa (2010), o professor deve ser capaz de criar situações pedagógicas que permitam aos alunos construir a aprendizagem, gerindo o currículo de forma flexível, em função das necessidades e interesses dos alunos, e optando pela utilização de estratégias pedagógicas diferenciadas que garantam o sucesso de todos.

Ao longo de todo o processo da prática de ensino supervisionada foram adotadas estratégias como: implicar os alunos nas escolhas e no processo de tomada de decisão, como forma de os motivar e incentivar; incentivar a pesquisa como forma de enriquecimento ao nível do conhecimento em que o professor assume, essencialmente, uma figura orientadora e de apoio; criar maior envolvimento social; criar situações que favoreçam a interajuda; incentivar o sentido de responsabilidade; criar ambientes em sala de aula idênticos ao de um gabinete de contabilidade.

4.4 Implementação da metodologia de trabalho de projeto

A metodologia de trabalho de projeto foi implementada no âmbito de IPPIV, na unidade de curta duração 0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS), com uma duração de 67 tempos letivos, dos quais observei 16 tempos lecionados pelo professor cooperante e lecionei 21. A opção desta metodologia surgiu após um processo de reflexão que recaiu sobre a observação das aulas, na análise da entrevista realizada aos alunos, por ser uma metodologia que envolve o aluno em todas as fases do processo, ao longo das quais são mobilizados conhecimentos, competências, valores e atitudes. Para Doll (1986), os alunos podem dar um contributo importante na escolha de projetos - este autor defende que o mero facto de se envolver os alunos nas escolhas, vai implicar uma maior participação, envolvimento e responsabilidade nas atividades.

A metodologia de trabalho de projeto para de Leite, Malpique e Santos (1989:140) “envolve trabalho de pesquisa no terreno, tempos de planificação e intervenção com a finalidade de responder a problemas encontrados, problemas

considerados de interesse para o grupo e com enfoque social”, e como defendido por Abrantes (1994), desenrola-se baseado numa aprendizagem ativa assente em situações reais de forma faseada, que para Rangel (2002, citado por Ferreira, 2009), considera três fases: a primeira fase, é a fase “de arranque e da planificação”. Esta fase decorreu nas primeiras quatro aulas lecionadas no âmbito da prática supervisionada. Foi apresentado o tema “A criação de um Gabinete de Contabilidade”, e a sua execução foi colocada à consideração dos alunos. Após aceitação unânime foram recolhidas ideias para a sua execução e, com base nestas foi elaborado um plano de ação, no qual constam as atividades a realizar, por quem, quando e como. Nesta fase os alunos dividiram-se em grupos e cada um selecionou as atividades que pretendia desenvolver. Um grupo ficou encarregue das autorizações do Conselho Executivo, das declarações de privacidade, o outro grupo ficou encarregue do design e elaboração dos cartazes informativos. Ficou definido quem faria a receção dos clientes e quem ficaria responsável pelas assinaturas das declarações de privacidade. Estas atividades foram desenvolvidas nas primeiras quatro aulas.

Na segunda fase denominada por Rangel (2002, citado por Ferreira, 2009), de “fase de desenvolvimento do projeto”, os alunos realizam as atividades planificadas. Esta fase decorreu ao longo de catorze aulas, da quinta à décima nona aula. Durante este período os alunos ficam responsáveis pela receção dos pedidos de esclarecimento colocados pelos professores e funcionários, assim como do registo dos dados essenciais à sua resolução.

Na última fase do projeto, a fase de conclusão, considerado o período de avaliação final, onde ocorre a verificação do nível de consecução dos objetivos propostos, fez-se um balanço de toda a atividade desenvolvida.

4.5 Desenvolvimento da Prática de Ensino Supervisionada (PES)

Ao longo da explanação da PES (Prática de Ensino Supervisionada), foi minha preocupação justificar a adoção dos diferentes métodos, técnicas e recursos pedagógicos utilizados no decorrer das aulas, salvaguardando as situações em que estes se repetem em aulas sucessivas e nesses casos não faz sentido repetir a justificação. A PES foi lecionada em blocos de 4 aulas, com a duração de 45 minutos cada e, devido a esta característica, será feita uma análise reflexiva, por bloco de

aulas, com o objetivo de partilhar todas as experiências vivenciadas em sala de aula, as análises retiradas da observação às diversas reações dos alunos, dando relevo às diversas estratégias pedagógicas aplicadas em cada contexto.

Os métodos expositivo, interrogativo e ativo foram uma constante em todos os blocos de 4 aulas. O método expositivo como referido por Lopes (2008, p. 36), “Na literatura didática a aula expositiva tem sido identificada como a mais tradicional das técnicas de ensino” - é um método que se baseia na comunicação oral realizada pelo professor com o objetivo de transmitir conceitos, e que, como afirma o autor, é um método que inibe a participação do aluno, como defendido por Cardoso (2013) o aluno só participa para esclarecer dúvidas pontuais, salientando que é um método centrado no professor e por isso com algumas limitações, evidenciando a falta de participação ativa do aluno.

Por ser uma das estratégias da minha prática motivar os alunos e incentivar a sua participação, foi aplicado o método interrogativo em simultâneo ao expositivo.

4.5.1 PES 1, 2, 3 e 4

O primeiro bloco de 4 aulas decorreu no dia 29 de abril, e foram abordados os conteúdos:

- Aplicação da 1ª fase da metodologia de trabalho de projeto:

- Apresentação e aprovação do projeto;
- Atividades a desenvolver;
- Divisão de tarefas;
- Constituição de grupos;
- Criação de declarações de privacidade
- Criação de Cartazes

O objetivo foi o de motivar os alunos a aprender por si próprios, dotá-los de capacidade crítica, reflexiva e empreendedora, motivá-los através do envolvimento em todo o processo: na aprovação do projeto a desenvolver; na escolha das atividades a desenvolver; na divisão das tarefas; na criação de grupos de trabalho.

No início da aula, após a realização da chamada, para captar a atenção dos alunos recorri a um vídeo, (<https://youtu.be/SyedHFgfiVw>), como instrumento motivador da discussão sobre a profissão de Técnico de Contabilidade que me permitiu contextualizar os conteúdos a lecionar.

Num segundo momento questionei a turma do interesse em simular situações reais que se passam num gabinete de contabilidade. Depois de verificar um interesse por parte de todos, questionei-os sobre o interesse em transformar a sala de aula num gabinete de contabilidade aberto a toda a comunidade escolar.

Expliquei-lhes que neste projeto se pretendia confrontá-los com situações reais às quais, depois de pesquisa orientada, teriam de dar resposta. Como houve entusiasmo geral, passei a apresentar um esquema com todos os passos para arrancar com o projeto.

Expliquei a necessidade da existência de um documento com autorização dos clientes para a utilização de dados através da ajuda de uma apresentação em PowerPoint.

Depois da divisão de atividades, um dos grupos ficou responsável pelas autorizações do Conselho Executivo, e da execução das declarações de privacidade, o outro grupo ficou responsável pelo design do cartaz.

No final deste 1º bloco de aulas obteve-se os alunos elaboraram um cartaz e a declaração de privacidade.



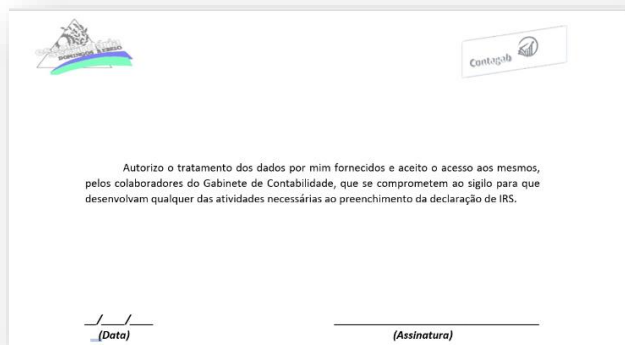
Um grupo de dois alunos elaborou o cartaz com recurso ao Publisher. Que depois de assinado pelo Presidente do Conselho Executivo foi afixado pela escola.

Figura 8 - Cartaz realizado pelos alunos



Um aluno criou o logotipo para o gabinete de contabilidade

Figura 9 - Logotipo criado pelos alunos



Um grupo de dois alunos elaboraram a declaração de privacidade. Através de pesquisa na internet, perceberam que informação deveria de estar expressa.

Figura 10 - Declaração de privacidade

Análise reflexiva da PES 1, 2, 3 e 4

Considero que a aula correu bem e que os objetivos foram propostos; o projeto foi bem aceite; os alunos participaram ativamente e envolveram-se nas atividades, revelaram ser criativos e responsáveis, demonstraram possuir capacidade crítica, reflexiva e empreendedora.

No início da aula senti-me um pouco apreensiva, pois tinha medo de não conseguir envolver os alunos no projeto, após deparar-me com uma adesão muito significativa permitiu-me sentir mais confiança para incentivá-los a proporem as atividades que pretendiam desenvolver, apenas um dos alunos se absteve de propor qualquer atividade.

Ao longo das aulas os alunos foram se envolvendo mais, perdendo a timidez e o receio de falharem. Consegui desde o início criar uma relação de proximidade com os alunos, um pouco devido ao meu feitio extrovertido.

Não consegui de todo captar o interesse de um dos alunos, que se mostrou completamente desinteressado, o que me levou a refletir nas estratégias a adotar na próxima aula.

4.5.2 PES 5, 6, 7 e 8

O 2º bloco de 4 aulas de 45 minutos, decorreu no dia 3 de maio. Num primeiro momento foram analisadas as situações rececionadas pelos alunos ao longo da semana, e agrupadas pelos conteúdos a abordar em cada um dos casos.

Num segundo momento foram apresentados os conteúdos a abordar nas aulas: conceito de recibo verde; quem passa recibos verdes; quais as obrigações inerentes a um recibo verde, e estes foram explanados com o recurso ao PowerPoint, que segundo Magalhães (2015), quando bem explorado, pode ser uma ferramenta muito atrativa e eficaz e, pelo contrário, quando usado de forma inadequada, dá origem a apresentações extremamente aborrecidas, causando aversão na audiência. Este autor enuncia algumas vantagens para o PowerPoint de entre as quais passo a citar: o uso apropriado do PowerPoint pode melhorar a experiência de ensino-aprendizagem, tanto do ponto de vista do professor como do ponto de vista do aluno; proporciona apoio e encorajamento aos professores facilitando a estruturação com aspeto profissional de uma apresentação; fazendo um uso adequado de recursos audiovisuais, a apresentação pode ser apelativa para alunos com estilos de aprendizagem diferentes, tornando-se mais estimulante.

Segundo Jones (2003), o PowerPoint pode ser usado eficazmente em vários contextos pedagógicos, desde que sejam respeitadas algumas regras de bom uso. Nesse sentido, sugere algumas linhas gerais de orientação: planejar a estrutura das apresentações cuidadosamente, evitando apresentar mais de cinco tópicos; conhecer o nível dos alunos e desenvolver o conteúdo de acordo com o mesmo; evitar a apresentação de demasiado texto em cada diapositivo, estes devem conter apenas o essencial, sendo a restante informação explorada oralmente, de modo a manter os alunos ativos, nomeadamente através da tomada de notas de detalhe; ter em atenção o ritmo e evitar falar demasiado depressa, salientando ainda ser importante ter cuidado com o tamanho da letra, com as cores escolhidas - não usar mais do que duas cores para o texto - e com a seleção de fundos.

Durante a apresentação do PowerPoint foram colocadas questões aos alunos para incentivar à participação ativa.

No momento seguinte resolveram-se os casos apresentados que correspondiam aos conteúdos lecionados.

Um dos casos correspondia a um professor da escola a solicitar o preenchimento e entrega de um recibo verde. O professor em causa, após assinar a autorização de confidencialidade, forneceu todos os dados necessários.

Os alunos, com orientação da professora, e na posse de computadores, acederam ao portal das finanças, preencheram os recibos e submeteram-nos. De referir que os computadores são considerados uma ferramenta de trabalho essencial na atualidade, o que é fundamentado por Ponte (1991, p.101), quando afirma “o computador é também um instrumento de grande utilidade para o desenvolvimento de trabalhos de projeto, permitindo executar certas tarefas de forma muito mais rápida, mais fácil e mais eficiente, sendo indispensável em determinado tipo de projetos”.

O objetivo foi transportar os alunos para a realidade e levá-los a executar tarefas comuns na profissão de um técnico de contabilidade. Professores e alunos queriam corresponder às expectativas. Senti que os alunos estavam motivados, pois verifiquei que se envolveram com muito entusiasmo e empenho.

Como conclusão da aula os alunos fizeram uma autoavaliação através do preenchimento de uma grelha (que se encontra em anexo).

Análise reflexiva da PES 5, 6, 7, e 8

Os objetivos foram plenamente atingidos. Ao decidir recorrer ao PowerPoint como ferramenta de apoio tive algum receio com medo de não ser capaz de cativar o aluno e sim obter reações adversas, pois nem sempre as reações são muito positivas ao seu uso, mas correu bem e as reações foram positivas.

Saliento que as minhas expectativas eram altas quando coloquei os alunos face a instrumentos de trabalho como é o computador e no caso o portal das finanças, sendo que o resultado foi muito positivo, realço o entusiasmo demonstrado pelos alunos quando utilizaram ferramentas reais, e foi notório o entusiasmo e empenho nas atividades. Os alunos participaram ativamente colocando questões em todo o processo.

Ao longo da atividade fui incentivando o aluno H, que na aula anterior esteve desconcentrado e desmotivado, aos poucos consegui que estivesse um pouco mais atento ao que ia sendo feito.

4.5.3 PES 9, 10, 11 e 12

Gostaria de salientar que entre cada bloco de aulas por mim lecionadas, os alunos e os conteúdos relativos à UFCD intervencionada continuaram a ser lecionados pelo professor cooperante; tendo este facto em consideração os conteúdos lecionados nestas PES foram:

- Categorias de rendimentos;
- Taxas;
- Deduções específicas;
- Abatimentos

Os objetivos a atingir eram: conhecer as diferentes categorias de rendimentos; consultar as taxas; conhecer as deduções específicas e conhecer as suas especificidades; determinar os Abatimentos; desenvolver a capacidade de pesquisa.

Iniciei a primeira aula do bloco com a consolidação dos conceitos anteriormente abordados nas aulas do professor cooperante, com recurso aos métodos expositivo e interrogativo.

Num segundo momento distribuí o guia fiscal de 2022, com o objetivo de incentivar a pesquisa, de promover a autonomia, desenvolver a vontade da descoberta, motivá-los a aprender por si próprios.

Com o recurso do guia fiscal os alunos adquiriram conhecimentos que lhes permitem: reconhecer as diversas categorias e a que tipo de rendimentos englobam; reconhecer rendimentos dos trabalhadores independentes e de trabalhadores por conta de outrem; determinar o valor das deduções específicas e apurar o rendimento.

Foram distribuídas pelos alunos algumas das questões colocadas por funcionários e professores; solicitei as respostas baseadas na pesquisa efetuada no guia fiscal de 2022. Na posse das respostas os alunos contactaram os “clientes” para responderem às questões que tinham levantado.

No final das PES os alunos fizeram autoavaliação.

Análise reflexiva da PES 9,10,11 e 12

Durante este bloco de PES foi notório o interesse pela descoberta, foi visível o entusiasmo dos alunos e verificou-se o espírito da entreatajuda, no decorrer da aula o entusiasmo e o interesse dos alunos foi crescendo na medida em que iam dando respostas às diversas questões levantadas.

Da autoavaliação consegui perceber que a avaliação da aula foi bastante positiva. Apesar de 60% dos alunos terem tido dificuldades de interpretação, afirmaram que o contacto direto com as pessoas e o facto de conseguirem responder às questões colocadas foram os momentos mais significativos da aula.

O facto dos alunos terem tido dificuldades de interpretação a quando da utilização do Guia Fiscal fez-me colocar em questão a sua utilização e ponderar se não deveria ter recorrido a outro recurso.

Fiquei positivamente surpreendida ao observar o aluno H, que habitualmente adotava uma postura mais apática, durante este bloco participou ativamente.

Foi-me permitido concluir que ao criar momentos em que os alunos contactassem diretamente com os clientes, conseguia motivá-los para a aula e levá-los a pesquisar para que pudessem adquirir os seus próprios conhecimentos e assim ficassem mais autónomos e confiantes.

4.5.4 PES 13, 14, 15 e 16

Este bloco de aulas decorreu no dia 17 de maio. Abordaram-se conteúdos como: Cálculo do rendimento coletável; Deduções à coleta; imposto liquidado. Apuramento do imposto.

No início da PES procurei fazer a consolidação dos conceitos adquiridos, através do método expositivo e interrogativo: clarificaram-se conceitos que para alguns alunos não tinham ficado muito claros.

Dos casos que nos chegaram ao gabinete selecionamos dois casos que os alunos tinham iniciado nas aulas anteriores do professor cooperante.

Com o apoio do guia fiscal, da professora e dos computadores, e através do portal das finanças, acederam ao E fatura, situação recebida com entusiasmo pelos alunos.

O acesso ao E fatura permitiu-lhes visualizar as diversas despesas que são dedutíveis para cálculo do imposto líquido. Na posse desses dados foi-lhes possível determinar o apuramento do imposto. Quando finalizaram os cálculos foi visível o entusiasmo dos alunos. Os alunos na posse da informação sobre o apuramento do imposto, contactaram telefonicamente os professores em causa, para os informarem sobre a situação espectável em termos de liquidação de imposto.

No final da aula os alunos efetuaram a autoavaliação.

Análise reflexiva da PES 13, 14, 15 e 16

Ao longo destas aulas a foi visível a participação ativa por parte de todos os alunos, mostraram-se entusiasmados e empenhados em aprender por si próprios, demonstraram capacidade de pensar sobre os problemas e a conseguir resolvê-los em grupo. Foi notório o entusiasmo por estarem a vivenciar situações reais, e o facto de terem de lidar com “clientes” veio incrementar a motivação. Ao criar este envolvimento com elementos da comunidade escolar, criou-me algum receio, e uma atenção redobrada pois são situações que exigem muito sigilo e foi preciso que os alunos compreendessem o grau de responsabilidade que tinham de ter.

Os funcionários prontificaram-se a participar, foram extremamente acessíveis e criaram questões que eram exequíveis.

4.5.5 PES 17, 18 e 19

Estando os alunos na posse teórica dos conceitos base para determinar o apuramento de contribuintes da classe A, a promoção da autonomia foi um dos objetivos a atingir, já que os alunos, ao longo destas aulas, teriam de apurar o valor do imposto.

No início da aula foram rececionados dois clientes pelos alunos, estes ficaram responsáveis pelo registo dos dados necessários e das questões levantadas. Mais tarde transmitiram os dados essenciais aos outros elementos da turma:

- Os clientes casados, ambos professores na escola pretendiam saber se teriam mais benefícios em entregar a declaração de IRS em conjunto ou separado.

Os alunos separaram as atividades por grupo, um fez a simulação para a entrega em conjunto, outro simulou uma entrega separado. Durante a resolução os alunos foram autónomos, partilharam informação entre si revelando o espírito de cooperação. Ambos os grupos conseguiram chegar ao resultado correto.

Análise reflexiva da PES 17, 18 e 19

Foram aulas de carácter prático em que foram atingidos todos os objetivos.

Os alunos conseguiram apurar o imposto e dar resposta à questão colocada pelos clientes, autonomamente, com entusiasmo e empenho, revelaram espírito de cooperação e demonstraram responsabilidade. Posso assim concluir que o resultado foi bastante positivo.

Foi-me dado perceber um grau de entusiasmo crescente, derivado do desempenho muito profissional que os alunos estavam a adquirir, o que criava um ambiente extremamente agradável em sala de aula.

4.5.6 PES 20 e 21

Como foi a última aula da minha PES, teve como objetivo criar a última situação relativa ao IRS, levar os alunos a preencher uma declaração online, simular e validar.

Os alunos com base no caso da aula anterior, entraram no portal das finanças com os códigos de acesso fornecidos pelos clientes, e com o meu apoio preencheram a declaração.

Os alunos realizaram toda a atividade com empenho visível, foram levantando questões ao longo do percurso, e terminaram a tarefa com sucesso.

Para terminar uma discussão onde os alunos debateram os aspetos mais relevantes na aplicação desta metodologia de trabalho.

Análise reflexiva da PES 20 e 21

Esta aula revelou-se muito importante pois foi o culminar de todo um processo. O trabalho realizado pelos alunos permitiu concluir que estes adquiriram os conceitos e atingiram os objetivos propostos.

Os alunos ao longo da aula revelaram autonomia, responsabilidade, sentido crítico. Desempenharam a atividade com profissionalismo.

Houve um momento em que os alunos expuseram o que sentiram com este projeto o que me deixou sensibilizada, todos eles afirmaram que se sentiram contabilistas por umas horas, e que se sentiam mais preparados para a componente em contexto de trabalho, a começar na próxima semana em gabinetes de contabilidade.

5. Análise e interpretação de dados após a PES

Após a aplicação da metodologia de trabalho de projeto, é crucial perceber de que forma incrementou o interesse e o empenho dos alunos na área da contabilidade. Para se poder realizar essa análise foi realizado um questionário aos alunos e outro ao professor cooperante.

A primeira questão esteve relacionada com as metodologias e estratégias de ensino utilizadas, procurou-se perceber quais foram mais relevantes para a aprendizagem dos alunos, das respostas obtidas contruiu-se a seguinte tabela que se pode observar de seguida:

Métodos e técnicas de ensino				
	Sem opinião	Não relevante	Relevante	Muito relevante
Durante a aula os conteúdos são transmitidos com recurso ao quadro branco		4	1	
Durante a aula o professor expõe a aula expondo os conteúdos com ajuda do PowerPoint		3	2	
O professor expõe os conteúdos e no final da aula coloca questões de consolidação		1	4	
O professor expõe os conteúdos e no fim aplica casos práticos			5	
O professor fornece ferramentas e tu pesquisas e aprendes por ti próprio			4	1
A aplicação e execução de projetos				5
Ter poder decisivo sobre quem e como, irão decorrer as atividades				5
Existência de interação com o professor				5

Tabela 3 - Métodos e técnicas de ensino

Da tabela retiraram-se os seguintes dados: 4 alunos não acham relevante o método expositivo; relativamente ao uso do PowerPoint como apoio para expor os conteúdos 3 alunos não acham relevante e 2 acham relevante; dos 5 alunos, 4 acharam relevante o professor fazer uma consolidação dos conteúdos lecionados e apenas 1 não acha relevante; os alunos foram unânimes ao responder que achavam

relevante aplicar um caso prático no final da aula; quando questionados se o trabalho de pesquisa é relevante para as aprendizagens, 4 consideram relevante e um não relevante, às questões: aplicação e execução de projetos; ter poder decisivo sobre quem e como irão decorrer as atividades; existência de interação com o professor, em todas a resposta foi unânime todos estas estratégias são muito relevantes no processo aprendizagem. Ao analisar as respostas podemos afirmar que os alunos acham a metodologia de trabalho de projeto relevante para as aprendizagens.

Numa segunda questão os alunos foram indagados quais das estratégias mencionadas seriam promotoras do interesse e do desempenho, obtiveram-se os seguintes resultados;

Métodos e técnicas de ensino	
Durante a aula os conteúdos são transmitidos com recurso ao quadro branco	0
Durante a aula o professor expõe a aula expondo os conteúdos com ajuda do PowerPoint	2
O professor expõe os conteúdos e no final da aula coloca questões de consolidação	0
O professor expõe os conteúdos e no fim aplica casos práticos	3
O professor fornece ferramentas e tu pesquisas e aprendes por ti próprio	4
A aplicação e execução de projetos	5
Ter poder decisivo sobre quem e como, irão decorrer as atividades	5
Existência de interação com o professor	5

Tabela 4 - Métodos e técnicas de ensino

Dos dados recolhidos podemos observar que os alunos consideram estratégias promotoras do interesse e empenho; dois alunos acham a exposição de conteúdos com base em PowerPoint; 3 alunos consideram a aplicação de casos práticos no fim da aula; 4 consideram o aprender por si próprio através da pesquisa também. Relativamente à aplicação e execução de projetos, ao ter poder decisivo sobre quem e como, irão decorrer as atividades e a existência de interação com o professor, por unanimidade os alunos consideram-nas promotoras do interesse e empenho. Destes dados podemos aferir

Levantou-se uma terceira pergunta sobre quais os recursos didáticos normalmente usados motivam os alunos no desempenho das atividades.

Recursos didáticos	
Quadro Branco	0
PowerPoint	2
Documentos	0
Computador	5
Vídeo	4

Tabela 5 - Recursos didáticos

Dos dados recolhidos podemos retirar que dos recursos apresentados aqueles que motivam os alunos no seu desempenho são: para 2 alunos o PowerPoint, 4 consideram o vídeo e 5 computador.

Com a quarta questão “sentiste maior motivação quando:”, pretendia descobrir de que forma a metodologia de trabalho de projeto motivou os alunos para a aprendizagem.

A metodologia de trabalho de projeto na motivação	
Quando confrontado com problemas reais	4
Quando contatavas diretamente com os diversos elementos da comunidade escolar	5
Quando tinhas de entrar no portal das finanças para resolver questões	5
Quando conseguias dar resposta às questões que te colocavam	5

Tabela 6 - A metodologia de trabalho de projeto na motivação

Da análise realizada aos dados recolhidos podemos retirar que os alunos se sentiram motivados pela aplicação da metodologia de trabalho de projeto.

Com a quinta e última questão “A aplicação deste projeto veio aumentar a curiosidade e o interesse pela profissão”, pretendia saber se a metodologia de trabalho de projeto veio incrementar o interesse dos alunos pela profissão. A esta questão os alunos foram unânimes em responder que sim.

5.1 Reflexão e Conclusão sobre a PES

Depois concluída a prática de ensino supervisionada é importante fazer uma reflexão, não só sobre o que correu bem, mas também sobre o que correu menos bem. Neste momento questiono-me: “será que consegui dar resposta à problemática levantada no início?”, “será que consegui atingir os objetivos que me tinha proposto”.

No meu papel enquanto professora de uma turma do ensino profissional devo privilegiar o meu desempenho profissional, como professora motivadora e facilitadora de aprendizagens, pelo que foi minha preocupação articular os vários conteúdos programáticos por forma a torná-los mais atrativos e de fácil assimilação e compreensão.

Relativamente ao meu primeiro objetivo, o de perceber o papel da metodologia de trabalho de projeto na motivação dos alunos para a aprendizagem, concluo que esta metodologia veio proporcionar aos alunos situações ricas e significativas no processo aprendizagem, tornando a mesma num processo colaborativo, participativo e responsável, transformando o aluno no construtor do seu próprio saber. O que é suportado pela análise do questionário.

Quanto ao papel da metodologia de trabalho de projeto na autonomia e capacidade de investigação dos alunos, este revelou-se positivo, mas nem todos os recursos utilizados foram promotores de interesse, isto porque foi visível o desconforto e a dificuldade sentida pelos alunos quando confrontados por documentos em suporte de papel, isto é fruto de uma sociedade em que o papel das tecnologias impera provocando uma dependência das mesmas como recurso à investigação.

O papel da metodologia de trabalho de projeto no incremento do interesse pela profissão foi um objetivo amplamente alcançado, pois segundo palavras dos alunos, “Senti-me um profissional de Contabilidade por umas horas”. Posso assim concluir que com este método, devido aos problemas terem sido aplicados em contexto real permitiu desenvolver o desempenho dos alunos tornando-os futuros profissionais ativos, responsáveis, autónomos capazes de resolver problemas que surgirão num quotidiano profissional.

Posso concluir que este trabalho de investigação veio melhorar a minha prática pedagógica dada que me foi permitido refletir sobre a importância de diferenciar o ensino adaptando-o às diferentes necessidades do aluno, flexibilizando e adaptando os conteúdos/ currículos, diversificando atividades, envolvendo os

alunos no processo de aprendizagem. Cabe-me encontrar os melhores caminhos que me permita proporcionar aos alunos um ensino mais centrado neles e dessa forma garantir o sucesso de todos.

5.2 Limitações ao estudo

Este estudo veio permitir tirar algumas conclusões, mas devido ao número muito reduzido da amostra e a impossibilidade de comparação com outras turmas, podemos afirmar que os resultados obtidos são enviesados não podendo ser generalizados a todos os alunos do ensino profissional.

5.3 Recomendações para futuras investigações

Após a aplicação da metodologia Trabalho de Projeto, seria de todo relevante aplicar este estudo a outras áreas disciplinares dos cursos profissionais. Desta forma, o facto de se aumentar o número de alunos em estudo, iria permitir conclusões mais precisas, sobre o papel do trabalho de projeto como promotor de motivação para as aprendizagens.

Seria de todo interessante, voltar a aplicar este estudo aos mesmos alunos no último ano do curso e perceber se mantêm a mesma opinião relativamente ao futuro profissional, assim como, permitindo que estes tenham a perceção das vantagens e desvantagens na sua vida académica e pessoal.

Bibliografia

Abrantes, P. (1994). O trabalho de projeto e a relação dos alunos com a Matemática: A experiência do Projeto MAT789. [tese de doutoramento]. Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/42620>

ABRANTES, Paulo (2002b). Reorganização curricular do ensino básico: Novas áreas curriculares. Ministério da Educação. Departamento da Educação Básica. <http://dx.doi.org/10.15536/thema.V16.2019.598-606.1284>

Afonso, M. C.; Ferreira, F. (2007) O Sistema de educação e formação profissional em Portugal, Cedefop Panorama series, Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias,142.

Alarcão, I. (2001). Novas tendências nos paradigmas de investigação em educação. In I. Alarcão (org.), *Escola Reflexiva e Nova Racionalidade*. ARTMED, 135-144.

Alcará, A. R., & Guimarães, S. É. R. (2007). A Instrumentalidade como uma estratégia motivacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 11(1), 177-178.

Arends, R.I. (1995). *Aprender a Ensinar*. Editora McGraw-Hill

Arends, R.I. (2008), *Aprender e Ensinar*. Mac Graw-Hill.

Azevedo, J. (2014). Ensino profissional em Portugal, 1989-2014: os primeiros vinte e cinco anos de uma viagem que trouxe o ensino profissional da periferia para o centro das políticas educativas. CEDH/FEP - Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano - Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Portuguesa.

Barbosa, B., M. A., Rodrigues, C., Santos, C. A., Costa, F., Dias, G. P., Filipe, S., Traqueia, A., & Nogueira, S. (2019). Caracterização do Ensino e Formação Profissional em Portugal - Análise de dados secundários, 2015-2019. EDULOG - Fundação Belmiro de Azevedo.

Berwig, G.C., Cunha, J.V.A., Teodoro, J.D., & Clauto, R.D. (2013). Estratégias de ensino-aprendizagem nos cursos de Pedagogia e Ciências Contábeis. *Revista FAE*, Curitiba, 16(2), 116-135. <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/viewFile/143/87>

Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação. Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora.

Boruchovitch, E, & Guimarães, S. E. R. (2004). O estilo motivacional do professor e a motivação intrínseca dos estudantes: uma perspectiva da teoria de autodeterminação. *Psicologia Reflexiva Crítica*, 17(2), 143-150

Boruchovitch, E. (2009). *A motivação do aluno* (4.^a ed.). Vozes.

Boruchovitch, E., & Martini, M. L. (2004). A teoria da atribuição de causalidade: Contribuições para a formação e atuação de educadores. *Alínea*

Camargo, C. A. C. M., Camargo, M. A. F., & Souza, V. de, O. (2019). A importância da motivação no processo ensino-aprendizagem. *Revista Thema*, 16(3), 598–606. <https://doi.org/10.15536/thema.V16.2019.598-606.1284>

Campos, R. W. S. (1995). A prática técnico-pedagógica do professor de educação física em referência à análise da qualidade do ensino em escolas públicas de 2o grau. [Mestrado em Ciências da Motricidade Humana]. Centro Educacional de Realengo. Universidade Castelo Branco.

CHICATI, Karen Cristina.(2000). Motivação nas aulas de educação física no ensino médio. *Revista da educação física*, 11(1), 97-105.

Cortesão, L. (1988). Projecto, interface de expectativa e intervenção. In E. Leite, M. Malpique & M. R. Santos (Org) Trabalho de Projecto, leituras comentadas (pp. 81-89). Edições Afrontamento. Abrantes

Costa, A. P. (2015). Investigação qualitativa em educação: O professor-investigador. *Revista Portuguesa de Educação*, 28(2), 183-188.

Deliberação n.º 453/2016 do Instituto de Educação (2016). Diário da República: II série, nº 52. <http://www.ie.ulisboa.pt/download/carta-etica-e-regulamento-da-comissao-de-etica&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

DOLL, Ronald C. (1986). Curriculum Improvement: Decision Making and Process (sixth Edition ed.). Allyn and Bacon, Inc.

Ferreira, C. A. (2009). A avaliação na metodologia de trabalho de projecto: uma experiência na formação de professores. *Revista portuguesa de pedagogia*, 43(1), 143-158.

Gambôa, R. (2011). Pedagogia-em-Participação: Trabalho de Projeto. In J. Oliveira-Formosinho & R. Gambôa (Orgs.), O Trabalho de Projeto na Pedagogia-em-Participação. Coleção Infância. Porto Editora.

<https://data.dre.pt/eli/port/235-a/2018/08/23/p/dre/pt/html>

Jones, A., (2003), The use and abuse of PowerPoint in teaching and learning in the life sciences: a personal overview. *Bioscience Education Journal (BEE-j)*.

Leite, E., Malpique, M., Santos, M. R. (1989). Trabalho de projeto: 1. Aprender por projetos centrados em problemas. Edições Afrontamento.

Lourenço, A. A., & Paiva, M. O. A. (2010). A motivação escolar e o processo de aprendizagem. *Revista Ciências & Cognição*, 15(2), 132-141. <http://www.cienciasecognicao.org>

Magalhães, P. (2015). Uso do PowerPoint na aula de ELE. Dissertação [Mestrado em Ensino de Português e Espanhol no 3º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário]. Faculdade de letras da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/119756/2/333568.pdf>.

Marques, M. (1994). A Decisão Política em Educação. O Partenariado Socioeducativo como Modelo Decisional. Edições Afrontamento.

Mazzioni, Sady (2013). As estratégias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem: concepções de alunos e professores de ciências contábeis. *Revista Eletrônica de Administração e Turismo*, 2(1). <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/AT/article/view/1426/2338>

Mitchell, Jr., J.V. (1992). Interrelationships and predictive efficacy for indices of intrinsic and extrinsic, and self-assessed motivation for learning. *Revista de Pesquisa e Desenvolvimento em Educação*, 25(3), 55-149.

Moreira, M. B. & Todorov, J. C. (2005). O conceito de motivação na psicologia. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 7(1), 119-132. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v7n1/v7n1a12.pdf>Volume 2,

Müller, U. (1998). Percepção Faz clima motivacional nas aulas de educação física. [Mestrado em Educação Física]. Universidade Gama Filho.

Oliveira, M. (2015). A Arte Contemporânea para uma Pedagogia Crítica. Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual – APECV. <http://www.apecv.pt>

PAIM, M. C. Chimelo. (2001). Fatores motivacionais e desempenho no futebol. *Revista da educação física*, 12, 73-79.

Pfromm, S.N. (1987). *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. EPU.

Pintrich, P.R. (2003). A motivational science perspective on the role of student motivation in learning and teaching contexts. *Journal of Educational Psychology*, 95, 667-686.

Portaria n.º 235-A/2018, de 23 de agosto do Ministério da Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Diário da República ,1º Suplemento, I Série, n.º 162

Portaria n.º 74-A/2013 de 15 de fevereiro do Ministérios da Economia e do Emprego e da Educação e Ciência. Diário da República, I série, n.º 33. <https://www.spn.pt/Media/Default/Info/7000/500/20/5/profissionais.pdf>

RANGEL, M. (2002). *Áreas Curriculares Não Disciplinares*. Porto Editora.

Santos, A. A. A. & Zenorini, R. P. C. (2010). Escala de metas de realização como medida da motivação para aprendizagem. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 44(2), 291-298. <http://www.redalyc.org/pdf/284/28420641010.pdf>

Schunk, D.H. (1991). Self-efficacy and academic motivation. *Educ. Psychologist*, 26, 207-231

Seabra, T. (2009). Desigualdades escolares e desigualdades sociais. *Sociologia Problemas e Práticas*, 59, 75-106.

Sousa,F. (2010). *Diferenciação curricular e diferenciação*

Stipek, D.J. (1998). *Motivation to Learn: from theory to practice*. Englewood Cliffs. Prentice Hall.

Tapia, J.A.(1997). *Motivar para el aprendizaje*. Edebé

Vasconcelos, T., Rocha, C., Loureiro, C., Castro, J, de, Menau, J., Sousa, O., Hortas, M.J., Ramos M., Ferreira, N., Melo N., Rodrigues, P.F., Mil-Homens, P., Fernandes, S.R., & Alves S. (2011). *Trabalhos por projetos na educação de infância- Mapear aprendizagens, integrar metodologias*. Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular. Ministério da Educação e Ciência.

Vernon, M. D. (1973). Tradução de L. C. Lucchetti. Petrópolis: Vozes. (trabalho original publicado em 1969).

Vygotsky, L. S. (2002). PENSAMENTO E LINGUAGEM. Edição eletrônica: Ed Ridendo Castigat Mores (www.jahr.org).

Zabalza (1992). Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola. ASA

Apêndices

1. Planos de aula



PLANO DE AULA

Curso Profissional Técnico de Contabilidade – Nível IV
Componente de formação tecnológica

UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento				11º Ano		Professor Cooperante: Libério Câmara Mestranda: Ana Soares	
SUMÁRIO: Aulas nº 1, 2, 3 e 4				Data: 29/04/2022			
Conteúdos	Objetivos	Competências específicas	Atividades	Tempo	Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
Aplicação da 1ª fase da metodologia de trabalho de projeto;	Criar equipas de trabalho Elaborar um Cartaz	Aprende a aprender Possui espírito crítico e reflexivo	Apresentação de vídeo Apresentação e aprovação do projeto; Atividades a desenvolver; Divisão de tarefas;	5min 35min 35 min 20 min	Método ativo e interrogativo	Televisão Computador;	Avaliação qualitativa: Observação da motivação e participação ativa dos alunos
Apresentação e aprovação do Trabalho de Projeto;	Elaborar Declarações e Autorizações	Possui capacidade de pesquisa	Constituição de grupos; Reunião com o CE Criação de declarações de privacidade Criação de Cartazes	10min 20min 30min 30min			Empenho e resultados na atividade proposta Atitudes e comportamento



Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade



PLANO DE AULA

Curso Profissional Técnico de Contabilidade – Nível IV
Componente de formação tecnológica

		11º Ano		Professor Cooperante: Libério Câmara Mestranda: Ana Soares			
UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento		Data: 03/05/2022					
SUMÁRIO: Os recibos verdes Aulas nº5, 6, 7, e 8							
Conteúdos	Objetivos	Competências específicas	Atividades	Tempo	Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
<p>Noção de Recibo Verde.</p> <p>O ato Único</p> <p>As taxas</p> <p>As contribuições à Segurança Social</p>	<p>Reconhecer o recibo Verde</p> <p>Reconhecer um ato único</p> <p>Conhecer as taxas</p> <p>Conhecer o Portal das Finanças</p> <p>Pesquisar</p>	<p>Aprende a aprender</p> <p>Possui espírito crítico, reflexivo e autónomo</p> <p>Possui capacidade de pesquisa</p>	<p>Elaboração da chamada e resolução do Sumário.</p> <p>Recolha e seleção das questões colocadas pelos clientes.</p> <p>Apresentação dos conteúdos</p> <p>Conhecer autonomamente o Portal das finanças.</p> <p>Preencher os recibos online</p> <p>Submeter os recibos</p>	<p>5min</p> <p>15min</p> <p>70 min</p> <p>40min</p> <p>35min</p> <p>15min</p>	<p>Método ativo e interrogativo</p> <p>Incentivar a pesquisa de uma forma autónoma</p> <p>Fomentar a responsabilidade</p> <p>Incentivar a criatividade</p>	<p>Televisão</p> <p>Computador, PowerPoint</p> <p>Portal das Finanças</p>	<p>Avaliação qualitativa:</p> <p>Observação da motivação e participação ativa dos alunos</p> <p>Empenho e resultados na atividade proposta</p> <p>Atitudes e comportamento</p>

Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade





PLANO DE AULA

Curso Profissional Técnico de Contabilidade – Nível IV
Componente de formação tecnológica

		11º Ano		Professor Cooperante: Líberio Câmara			
UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento		Aulas nº9, 10, 11 e 12		Data: 10/05/2022			
SUMÁRIO: Impostos diretos. Estrutura do IRS				Mestranda: Ana			
Conteúdos	Objetivos	Competências específicas	Atividades	Tempo	Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
Estrutura do IRS; - Categorias; - Taxas -Deduções específicas -Abatimentos	Reconhecer as diversas categorias de rendimentos Reconhecer as taxas a aplicar Determinar as deduções específicas Conseguir manusear o Guia fiscal	Aprende a aprender Possui espírito crítico, reflexivo e autónomo Possui capacidade de pesquisa	Elaboração da chamada e resolução do Sumário. Consolidação dos conceitos anteriormente abordados sobre os diversos impostos. Esclarecimento sobre os itens que compõem a estrutura do IRS; Categorias de rendimentos; Tipos de taxas; Deduções específicas e Abatimentos.	5min 35min 145min	Método ativo e interrogativo Incentivar a pesquisa de uma forma autónoma Os alunos de forma autónoma adquiriram conceitos através da leitura do Guia Fiscal de 2022, Fomentar a responsabilidade Incentivar a criatividade	Televisão Computador, Guia fiscal	Avaliação qualitativa: Observação da motivação e participação ativa dos alunos Empenho e resultados na atividade proposta Atitudes e comportamento

Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade





PLANO DE AULA

Curso Profissional Técnico de Contabilidade – Nível IV
Componente de formação tecnológica

UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento		11º Ano	Data: 17/05/2022	Professor Cooperante: Libério Câmara Mestranda: Ana Soares			
SUMÁRIO: O rendimento coletável; Deduções à coleta liquidação e pagamento							
Conteúdos	Objetivos	Competências específicas	Atividades	Tempo	Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
Estrutura do IRS: - Categorias; - Taxas -Deduções específicas -Abatimentos	Reconhecer as diversas categorias de rendimentos Reconhecer as taxas a aplicar Determinar as deduções específicas Conseguir manusear o Guia fiscal	Aprende a aprender Possui espírito crítico, reflexivo e autónomo Possui capacidade de pesquisa	Elaboração da chamada e resolução do Sumário. Consolidação dos conceitos anteriormente abordados em sessões anteriores pelo Prof. Coop. Com o apoio do guia fiscal de 2022, procurei apoiar os alunos a perceberem como calcular o rendimento coletável. Os alunos foram envolvidos com situações práticas colocadas por funcionários Os alunos entraram em contacto com os clientes para lhes facultarem as informações solicitadas	5min 25min 70min 60min 20min	Método ativo e interrogativo Incentivar a pesquisa de uma forma autónoma Os alunos de forma autónoma adquiriram conceitos através da leitura do Guia Fiscal de 2022, Fomentar a responsabilidade Incentivar a interação dos alunos com a comunidade escolar	Televisão Computador, Guia fiscal	Avaliação qualitativa: Observação da motivação e participação ativa dos alunos Empenho e resultados na atividade proposta Atitudes e comportamento Autoavaliação

Mestrado em Ensino da Economia e Contabilidade





PLANO DE AULA

Curso Profissional Técnico de Contabilidade – Nível IV
Componente de formação tecnológica

UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento		11º Ano		Professor Cooperante: Ana Soares			
SUMÁRIO: Apuramento do IRS		Aulas nº 17, 18 e 19		Mestranda: Ana Soares			
Data: 02/06/2022							
Conteúdos	Objetivos	Competências específicas	Atividades	Tempo	Métodos/ Estratégias	Recursos	Avaliação
Apuramento do IRS <ul style="list-style-type: none"> Rendimento coletável Liquidação e Pagamento 	<ul style="list-style-type: none"> Caracterizar as diversas categorias do imposto Calcular o imposto coletável Apurar o imposto a pagar/recuperar 	<ul style="list-style-type: none"> Compreende o mecanismo referente ao processamento do IRS Identifica as diferentes fases do imposto Utiliza de forma adequada linguagem técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> Informação dos objetivos a atingir na aula Síntese de conteúdos abordando alguns impostos do sistema fiscal português Síntese dos conceitos afetos ao imposto lecionado em aulas anteriores Apuramento do imposto relativo a um funcionário Resumo dos conteúdos pertinentes 	10 min 25 min 35 min 40 min 20 min	Método ativo e Interrogativo	Computador; Guia Fiscal 2022	Avaliação qualitativa: <ul style="list-style-type: none"> Observação da motivação e participação ativa dos alunos Empenho e resultados na atividade proposta Atitudes e comportamento

2. Grelha de Observação de aulas

		Grelha de observação de aulas					
		UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS) outubro de 2021 a junho de 2022					
		Aluno nº1	Aluno nº2	Aluno nº3	Aluno nº4	Aluno nº5	
Aula nº 1, 2, 3 e 4	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						
Aula nº 5, 6, 7 e 8	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						
Aula nº 9, 10, 11 e 12	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						
Aula nº 13, 14, 15 e 16	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						
Aula nº 17, 18 e 19	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						
Aula nº 20 e 21	Assiduidade						
	Pontualidade						
	Participação	Prática					
		Teórica					
	Empenho	Prática					
		Teórica					
	Autonomia	Prática					
		Teórica					
interação	Prática						
	Teórica						

3. Diário de Campo



Escola Secundária Domingos Rebelo
Curso Profissional Técnico de Contabilidade: 2º ano/ 11º ano
Componente de formação tecnológica

DIÁRIO DE CAMPO
UFCD 0575 - Imposto sobre o rendimento (IRS)
outubro de 2021 a junho de 2022

Data	Descrição	Reflexão
12/10/21	Dei início ao pedido de cooperação na Escola Domingos Rebelo, o qual foi de imediato aceite pelos elementos do Conselho Executivo assim como pelo professor cooperante, Libério Câmara.	Os elementos do CE foram muito receptivos e deram-me acesso a toda e qualquer informação necessária.
11/01/2022	Recebi da Professora Ana Luísa Rodrigues a confirmação da autorização dada pela DRE Açores para começar a minha Prática de Ensino Supervisionada	
25/01/22	Reuni com o Professor Cooperante, fui por ele informada que a turma com a qual iria trabalhar seria uma turma do ensino profissional do curso de Técnico de Contabilidade do 11º ano . Foi-me fornecido o horário da turma	A turma tem aulas às segundas, terças, quartas e quintas Sendo as terças-feiras das 8h30 às 13h20, os períodos adequados à prática supervisionada.
1/02/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	1ª Observação- Sumário: Processamento de salários A turma é uma turma pequena com apenas 7 elementos. Fui apresentada aos alunos pelo professor cooperante, que explicou aos alunos o que estava ali a fazer e estes apresentaram-se individualmente. O Professor apresentou um caso prático e os alunos em conjunto estiveram a resolvê-lo.	As duas alunas que faltaram, têm um elevado absentismo. A turma é constituída por 4 rapazes e três raparigas, com idades compreendidas entre os 17 e os 19 anos No decorrer da aula o aluno H esteve

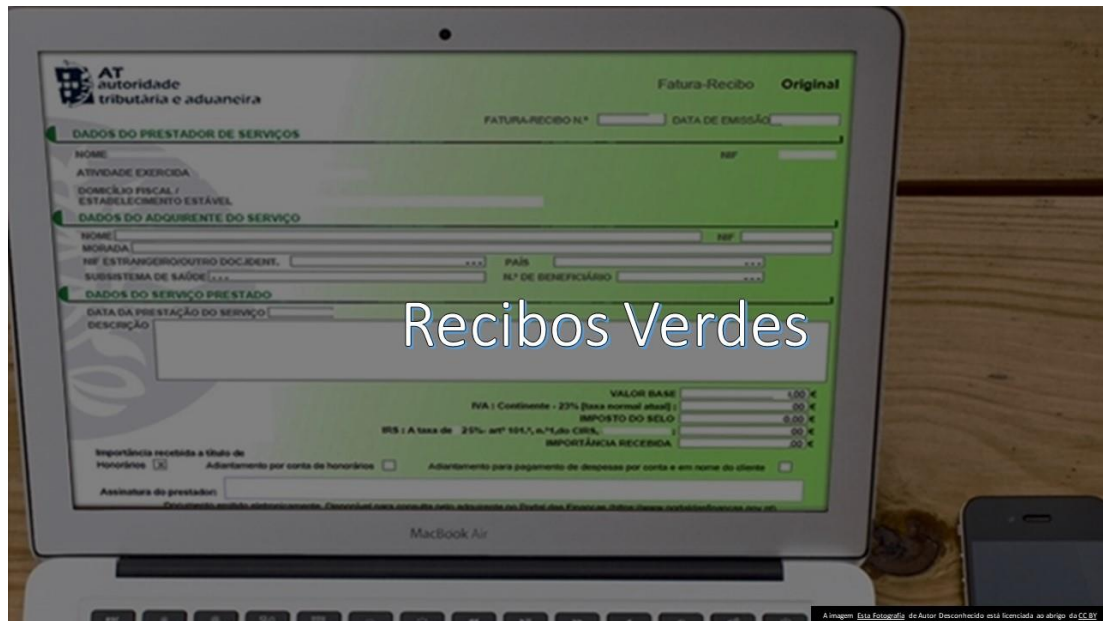
	Pelo que me foi dado observar, um dos alunos. Após a resolução o caso prático foi resolvido no quadro, o aluno que o resolveu esteve a explicar todos os passos. O Professor terminou fazendo uma síntese de conceitos.	constantemente distraído e ao telemóvel, saiu por diversas vezes da sala de aula. O aluno N prontificou-se para ir ao Quadro resolver e explicar o exercício. Notei que enquanto explicou os colegas estavam alheados.
8/12/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	2ª Observação- Sumário: Processamento de salários Após a chamada verifiquei que voltou a faltar uma das alunas que tinha faltado na semana anterior, o Prof. Coop., diretor deste curso, informou-me que já tinha falado com ela por diversas vezes tentando fazê-la mudar de opinião, segundo ele a aluna está com ideias de desistir por não gostar de Educação Física (não realiza as aulas e tem vários módulos em atraso).	Ao longo da aula pude observar que o aluno H, foi um pouco inconveniente quando era chamado à atenção pelo professor, demonstrando alguma arrogância.
22/02/22 4 aulas de 45min 8h30 às 13h20	3ª Observação- Sumário: Os impostos (IMI, IUC, IRS e IRC) O professor fez a chamada, ninguém faltou. Com autorização do Prof. Coop. Fiz uma entrevista aos alunos presentes. O professor começou por falar dos impostos (IMI, IUC, IRS e IRC). Deu a noção de IMI, IUC, IRS e IRC Após explanação destes conceitos foi-lhes colocando diversas questões. Ao longo da aula os alunos na sua maioria distraíam-se com os telemóveis.	Percebi que para além de um aluno, o H, este curso foi a primeira opção de todos, possuem algumas dificuldades em Matemática e Inglês, queixam-se do elevado número de horas que têm de estar na escola, que faz com que cheguem muito tarde a casa e já sem vontade de trabalhar. Estive a falar com uma das alunas que me disse estar com uma grande depressão. Uma das alunas está decidida a desistir porque Segundo ela tem muitas faltas a Educação Física (nunca foi à aula) e tem os módulos todos em atraso; a aluna não vai a E.F por ter complexos com o corpo. Nesta aula o professor utilizou uma metodologia mais explicativa.
15/03/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20	4ª Observação- Incidência em IRS O professor recordou o significado das siglas IRS. Ao longo da aula procurou transmitir aos alunos os conceitos de trabalhador dependente, de trabalhador independente. Apresentou a classificação dos rendimentos em categorias.	Mais uma vez observei o desinteresse demonstrado pelo H. A aula, na sua maioria, foi expositiva. Senti os alunos apáticos, sem interesse na aula com exceção da M.

	<p>Reuni com o professor cooperante expus-lhe a minha estratégia de trabalho baseada na metodologia de trabalho de projeto.</p> <p>Transmiti que gostaria de simular em sala de aula um gabinete de contabilidade, o qual estaria aberto a questões colocadas por funcionários, ligadas ao IRS. O professor cooperante aceitou a ideia e prontificou-se a colaborar.</p>	
<p>29/4/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20</p>	<p>Aula lecionada nº1, 2, 3 e 4: Aprovação e criação de um Gabinete de Contabilidade. Criação de um Cartaz.</p> <p>Após verificar que estavam todos os alunos presentes. Passei um vídeo Apresentei o projeto, e coloquei à consideração da turma a aprovação. A aprovação foi unânime.</p> <p>Recolheram-se as opiniões dos alunos sobre as atividades a desenvolver e planificou-se o projeto;</p> <p>Ao longo da aula expliquei-lhes que eram necessárias autorizações do C.E; criar declarações de confidencialidade e declarações de compromisso.</p> <p>Desloquei-me com a Delegada da Turma, ao Conselho Executivo, com o objetivo de explicar e pedir autorização para a criação do gabinete. foi-nos o que nos foi autorizado.</p> <p>De regresso à sala passamos à elaboração do projeto.</p> <p>Criaram-se 2 grupos: 1 ficou responsável pela criação das declarações, o outro pela criação do cartaz.</p> <p>A delegada de turma ficou responsável por tirar as fotocópias, recolher a assinatura do Presidente do C.E e afixar os cartazes em diversos pontos da Escola.</p>	<p>Houve envolvimento de todos os alunos com exceção do aluno H, que se manteve apático.</p> <p>As reações dos alunos e do Conselho Executivo, à criação do projeto, foi bastante positiva. A Vice-Presidente do manifestou muito interesse na sua concretização, pois segundo palavras suas, a existência desse gabinete poderá incentivar alunos para o próximo ano.</p> <p>O aluno H recusou ajudar a colega a afixar os cartazes</p>
<p>3/05/22 4 aulas de 45 min 8h30 às 13h20</p>	<p>Aula lecionada nº 5, 6, 7 e 8 - Sumário: Os Recibos verdes</p> <p>Após ter sido divulgado o gabinete começaram a surgir alguns pedidos de esclarecimento, de entre os quais: Um professor da Escola solicitou ajuda no preenchimento de um recibo verde a entregar nas Finanças relativo à prestação de um serviço por ele</p>	<p>Os alunos preencheram um documento no qual se comprometeram em não divulgar quaisquer informações referentes ... Os alunos evidenciaram interesse na</p>

<p>02/06/2022 3 aulas de 45 min Aulas supervisionadas pelo professor orientador Professor Doutor Belmiro Cabrito 15h às 17h25</p>	<p>Aula lecionada nº 17, 18 e 19 - Sumário: Apuramento do IRS</p> <p>O professor orientador foi apresentado ao professor cooperante e aos alunos.</p> <p>Momento de revisão e aplicação de conceitos abordados em sessões anteriores.</p> <p>Fiz uma síntese dos conteúdos lecionados, abordei alguns impostos do sistema fiscal português e dos conceitos afetos ao imposto lecionados em aulas anteriores.</p> <p>Dos casos que apareceram no gabinete, selecionamos um caso que se adapta aos conceitos dados e incentive os alunos a resolvê-lo.</p> <p>Os alunos estiveram empenhados na resolução, pesquisaram levantaram algumas questões, mas chegaram ao apuramento do IRS e conseguiram dar resposta.</p> <p>No final da aula os alunos realizaram a autoavaliação.</p>	<p>Os alunos estiveram sempre empenhados na tarefa, houve cooperação, participaram ativamente.</p> <p>Ao fazer as sínteses dos conteúdos fui lançando questões que foram respondidas ativamente por todos.</p>
<p>07/06/2022 3 aulas de 45 min</p>	<p>Aula lecionada nº20, 21 e 22- Sumário: Entrega da declaração digital. Avaliação do projeto.</p> <p>Após se ter feito um resumo da aula anterior, foi proposto aos alunos que repetissem as simulações do caso anterior, preenchendo as declarações no portal das finanças.</p> <p>Realizou-se um questionário aos alunos.</p> <p>Agradei aos alunos por me terem acolhido tão bem.</p> <p>Depois da aula agradei ao professor cooperante e ao Conselho Executivo pela abertura e disponibilidade dispensadas.</p>	

A Mestranda: Ana Soares

4. PowerPoint



Os recibos verdes

- É uma fatura de serviços que é emitida por um(a) prestador(a) de serviço independente, trabalhadores que não têm uma hierarquia formal devendo ter autonomia para desempenhar o serviço que lhes foi contratado..



Curiosidade

- Porquê o nome de Recibo Verde.

Antes da modernização dos sistemas das Finanças (a Receita Federal de Portugal), ele era preenchido em papel e o papel era verde.

Um guia prático para quem precisa de emitir uma fatura (recibo verde)



Até há pouco tempo conhecidos apenas por recibos verdes eletrónicos, qualquer cidadão sem atividade aberta como ENI ou Trabalhador Independente pode emitir uma fatura de ato isolado por cada ano fiscal **até um montante máximo de 25.000€**. Servirá para cobrar determinado serviço prestado ou transmissão de bens a uma terceira parte. São considerados rendimentos de categoria profissional (Anexo B do IRS). Este procedimento é gratuito e é realizado através do [Portal das Finanças](#). Neste artigo vamos ensinar-te todos os passos.

Passos para o preenchimento online

1. Login Portal das Finanças (AT)

Começa por fazer o login com o teu NIF e password no Portal das Finanças no seguinte endereço: [Login Portal AT](#)

2. Aceder à área das Faturas e Recibos Verdes

Podes aceder no menu principal do lado esquerdo em "Todos os Serviços":



procura por "Faturas e Recibos Verdes" e clica em "Emitir":

Recibos Verdes

Recibos Verdes

- o Faturas e Recibos Verdes
 - Emitir
 - Obter/Recolher sem Preenchimento
 - Consultar

ou no fundo da *homepage* em "Serviços Frequentes"

Serviços Frequentes

Faturas e
Recibos Verdes

Pagamentos e
Reembolsos
Situação Fiscal

Movimentos
Financeiros
Informação Financeira



arrendamento

Notificações
Eletrónicas

e-fatura

3. Selecciona de seguida a opção "Fatura ou Fatura-Recibo".

Faturas e Recibos Verdes > Emitir

Emitir

Fatura ou Fatura-Recibo

Emita aqui uma Fatura ou Fatura-Recibo

Recibo

Emita aqui um Recibo associado a uma Fatura já emitida

Faturas e Recibos Verdes > Emitir > Emitir Faturas

Emitir Faturas

CANCELAR EMITIR

Emita aqui uma Fatura ou Fatura-Recibo

Emissão

Se não tiver atividade aberta na data de prestação de serviço especificada, a Fatura ou Fatura-Recibo a emitir será do tipo Alto Isolado.

Data de prestação de serviço	Tipo
2020-03-03	Fatura-Recibo Alto Isolado
	Fatura Alto Isolado

coloca a data da prestação do serviço ou transmissão dos bens e escolhe entre "**Fatura-Recibo Ato Isolado**" ou "**Fatura Ato Isolado**"

A principal diferença entre os dois prende-se com o momento do recebimento do valor. Passamos a explicar.


"**Fatura-Recibo**" pressupõe a transmissão dos bens ou prestação dos serviços com o recebimento do valor. É o documento usado em situações de pronto pagamento onde o emitente recebe logo do cliente o valor. Serve como prova de recebimento.

"**Fatura**" pressupõe a transmissão dos bens ou prestação dos serviços sem o recebimento do valor (com data de vencimento posterior à da emissão). Não serve como prova de recebimento.

Explicando agora a opção da emissão do "**Recibo**", este serve apenas para confirmar o recebimento do valor de determinada "Fatura Ato Isolado" emitida anteriormente. Ou seja, se optares por primeiro emitir uma "Fatura Ato Isolado", quando o teu cliente te pagar deverás emitir o "Recibo" nesta janela.

4. Preencher os dados

Os teus dados já aparecem preenchidos por defeito e no "Adquirente de Bens ou de Serviços" deverás colocar os dados do cliente.

Transmitente de Bens ou do Prestador de Serviços		Adquirente de Bens ou de Serviços	
NIF	Nome	País	NIF
██████████	████████████████████	PORTUGAL	██████████
Domicílio fiscal/Estabelecimento estável		Nome	
██			
Atividade exercida		Morada	
Prestação de serviços			
		Subsistema de Saúde	
			

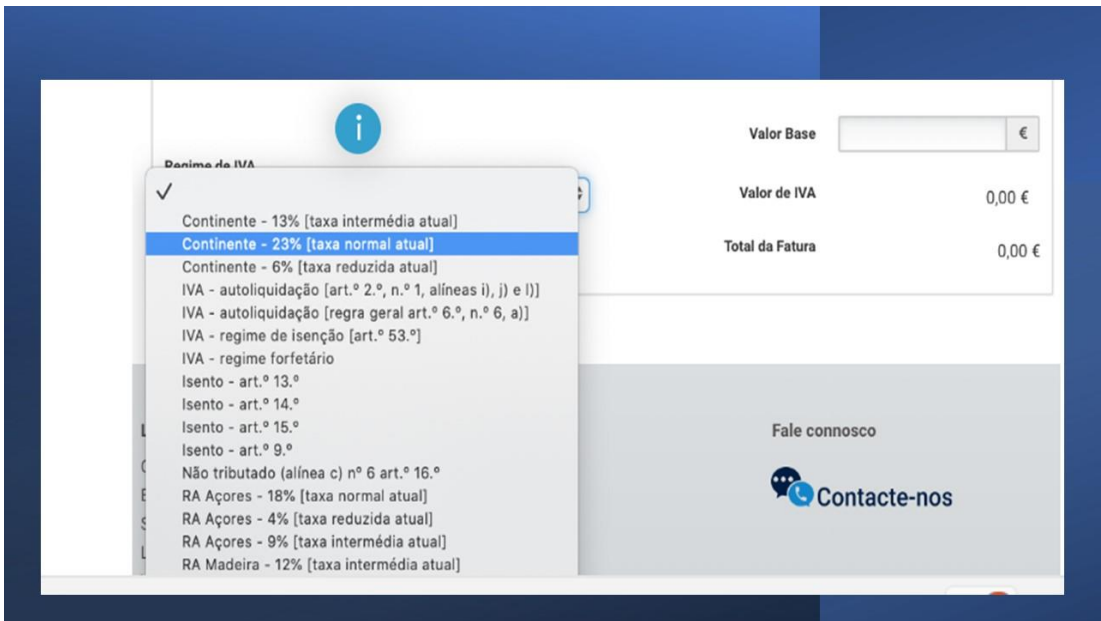
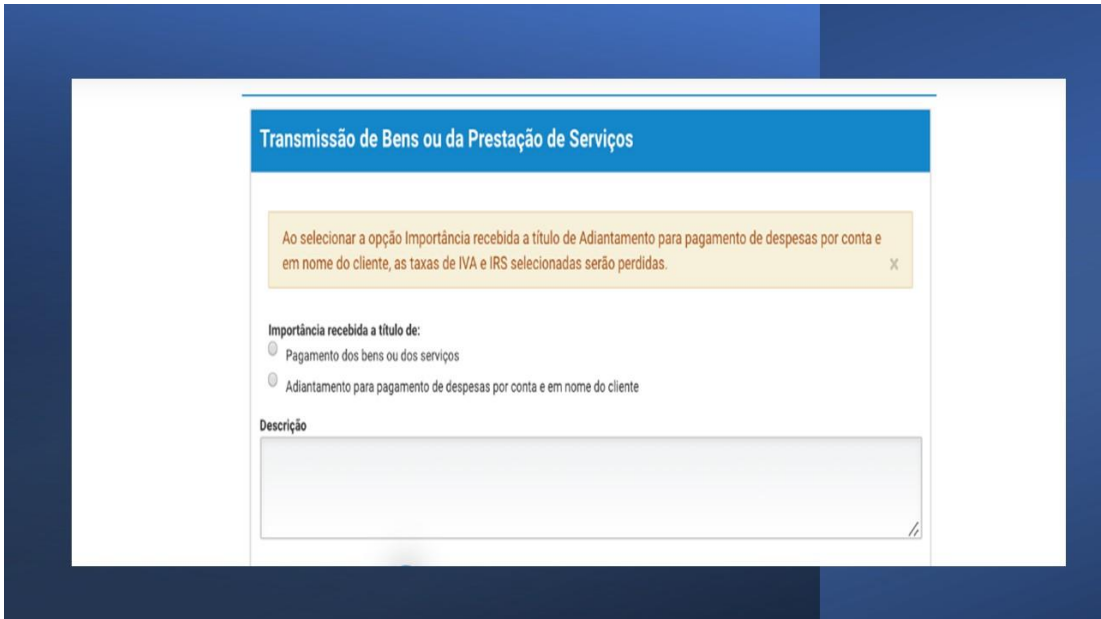
Existem, todavia, importantes diferenças no quadro em baixo "**Transmissão de Bens ou da Prestação de Serviços**", consoante tenhas escolhido anteriormente "Fatura" ou "Fatura-recibo".

a) Fatura

Se emitires uma "Fatura" significa que ainda não recebeste a importância por parte do teu cliente. Portanto, legalmente ainda não recebeste rendimentos e dessa forma não há lugar ao pagamento de IRS nesse momento. **O único imposto que tens forçosamente que escolher é o IVA** de acordo com o tipo de serviço ou bens que estás a faturar.

Um Ato Isolado não isenta o pagamento de IVA. Tens de faturar IVA conforme as regras normais, independentemente do valor faturado.

Começa por escolher a que título estás a faturar o teu serviço ou bem, se um pagamento ou adiantamento por conta. Na "Descrição", como o nome indica, descreve o que estás a faturar. Escolhe a opção do IVA que se enquadra no teu caso e no "Valor Base" deverás colocar o **valor sem IVA**. Clica em "Emitir" e confirma os dados na janela que aparecerá.



b) Fatura-Recibo

Ao contrário da "Fatura", nesta situação estás a confirmar ao Estado que já recebeste a importância devida por parte do teu cliente. Já recebeste, portanto, rendimentos. Como tal, existe IRS a liquidar.

Transmissão de Bens ou da Prestação de Serviços

Ao selecionar a opção Importância recebida a título de Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente, as taxas de IVA e IRS selecionadas serão perdidas. x

Importância recebida a título de:

Pagamento dos bens ou dos serviços

Adiantamento

Adiantamento para pagamento de despesas por conta e em nome do cliente

Descrição

Escolhe a que título estás a faturar o teu serviço ou bem. Nota que tens mais uma opção: "**Adiantamento**". Serve para quando um cliente te adianta uma verba antes de prestares um serviço ou vender um bem.

Regime de IVA	Valor Base	€
Base de incidência em IRS	Valor de IVA	0,00 €
Retenção na fonte IRS	Valor de IRS	0,00 €
	Imposto de Selo	€
	Importância Recebida	0,00 €

E importa explicar quais as opções de IRS que deves escolher.

Retenção na fonte IRS



- A taxa de 11.5%- artº 101.º, n.º1, do CIRS
- A taxa de 16.5%- artº 101.º, n.º1, do CIRS
- À taxa de 13.2% - Açores DLR n.º 15/2015/A, 3/06
- À taxa de 16% - Açores DLR n.º 15/2015/A, 3/06
- À taxa de 20% - Açores DLR n.º 15/2015/A, 3/06
- À taxa de 20% - art. 101.º, n.º1, do CIRS
- À taxa de 25% - art. 101.º, n.º1, do CIRS
- À taxa de 9.2% - Açores DLR n.º 15/2015/A, 3/06

Base de incidência em IRS



- Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS
- Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. c), do CIRS
- Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. d), do CIRS
- Sem retenção - Art.101º, n.º1 do CIRS
- Sem retenção - Não residente sem estabelecimento
- Sobre 100% - art. 101.º, n.ºs 1 e 9, do CIRS
- Sobre 25% - art. 101.º -D, n.º 3, do CIRS
- Sobre 50% - art. 101.º -D, n.º 1, do CIRS
- Sobre 50% - art. 12.º-A do CIRS

"Base de incidência em IRS"

Apesar de existirem 9 opções de escolha, as mais frequentes e que se aplicam à maioria dos contribuintes, são:

- "Dispensa de retenção - art. 101.º-B, n.º1, al. a) e b), do CIRS" - se a importância a faturar for inferior a 12.500€ (art.º 53.º do CIVA)
- "Sobre 100% -art. 101.º, n.ºs 1 e 9, do CIRS" - se a importância for superior a 12.500€

Incluir Faturas com IVA a Deduzir

NIF do Emitente Data da Emissão IVA da Fatura IVA a Deduzir

INCLUIR

NIF do Emitente	Data de Emissão	Valor do IVA da Fatura	Valor do IVA a Deduzir	Ação
-----------------	-----------------	------------------------	------------------------	------

Sem resultados.

Nº de Faturas Incluídas	Total Valor de IVA	Total Valor de IVA a Deduzir
0	0,00 €	0,00 €

6. Emitir

Por fim, confirma todos os dados para garantir que ficou tudo corretamente preenchido e se sim clica em "Emitir".

Parabéns. Acabaste de emitir uma Fatura-Recibo Ato Isolado!

Ajuda

Voltar

A
N
A

S
O
A
R
E
S

**AGORA É A TUA VEZ
EXPERIMENTA**

5. Casos Práticos



Questões levantadas por funcionários e professores:

- Como faço para entregar uma declaração previamente preenchida?
- Eu e o meu marido, em anos anteriores, temos entregue uma declaração conjunta, será que estamos corretos ou deveríamos entregar declarações individuais?
- Tenho um filho com 21 anos que ainda estuda, durante 2021 trabalhou no verão e teve rendimentos no valor de 327.00€, será que ainda é considerado meu dependente?
- Tenho uma filha, com 24 anos, durante 2021 trabalhou e o rendimento foi de 8 959€. Ainda a posso considerar minha dependente?
- O meu filho tem 22 anos, não estuda, nem trabalha, ainda será considerado meu descendente?
- A minha sogra pertence ao agregado familiar, recebe de reforma 300€ por mês, poderia incluí-la na minha declaração.
- O meu filho está a estudar na Universidade no Porto. Posso incluir o valor da renda do quarto nas despesas de educação.



Caso Prático

Considera o seguinte agregado familiar João Silva e Filomena Silva casados com dois filhos menores, professores na ESDR solicitaram a nossa colaboração no sentido de apurar o IRS de 2021.

Sabendo que o sujeito passivo A (João Silva) auferiu durante o ano 2021 um rendimento anual de 29 400,00€ tendo feito uma retenção na fonte de 4263,00€ e efetuando descontos para a segurança social no montante de 3234,00€.

Sujeito Passivo B, esposa, Filomena Silva, auferiu um rendimento anual em 2021 no montante de 39 200,00€ tendo efetuando uma retenção na fonte de 7056,00€ e de 4312,00€ referentes a descontos para a TSU.

Sabe-se ainda que este agregado familiar apresentou as seguintes despesas:

- Saúde no montante de 2600,00€:
 - João -1000.00 €
 - Filomena – 1600.00€
- Educação no montante de 1200,00€;
- Despesas Gerais Familiares no montante de 14 000€ João Silva e 12 000€ Filomena Silva;

Tal como foi solicitando anteriormente, determine se o casal terá imposto a pagar ou a recuperar.



CASO PRÁTICO

Pretende-se que, após análise dos dados apresentados, preencha a declaração de IRS online.

Situação do Contribuinte em 31 de dezembro de 2021:

- Professor, NIF 999999999, com nº de Segurança Social XXX XXX XXX XX e IBAN: PT50 0000 0000 0000 0000 5;
- É casado, a esposa possui o NIF 888 888 888 com nº de Segurança Social ZZZ ZZZ ZZZ ZZ, são residentes em Ponta Delgada (cód Rep. Fin. 2992);
- 1º Declaração do ano;
- Optam pela tributação conjunta dos rendimentos e pretendem consignar 0,5% à Cáritas dos Açores com o NIF 555 555 555;
- Possui atividade aberta como Formador até ao dia 30 de setembro de 2021, data em que a sessou. O último ano em que obteve rendimentos relativos à atividade de Formador foi em 2019, com um valor bruto de 1 320,00€.

Relativamente aos rendimentos da categoria A podemos dizer o seguinte:

- Em 2021 obteve um rendimento bruto de 25 181,33€, fez retenção na fonte de 4 237,00€, realizou descontos para a Segurança Social no valor de 3 651,23€ e para o sindicato (SDPA) a quantia de 146,41€. A escola onde trabalha possui o NIF 666 666 666;
- A esposa, trabalha por conta de outrem. A empresa que trabalha tem o NIF 555 555 555, em 2021 obteve um rendimento bruto de 15 707,74€, reteve na fonte 1 779,02€, descontou para a Segurança Social 1 727,87€.

O contribuinte ainda recebeu rendimentos provenientes do arrendamento de um imóvel no valor ilíquido de 4 800,00€. Sobre este, sabemos que é do tipo urbano, registado sob o artigo nº 4213, na freguesia 011006 e cujo arrendatário possui o NIF 333 333 333. Com este imóvel possui os seguintes encargos:

- Conservação e manutenção – 840,33€;
- Condomínio – 353,98€;
- IMI – 352,45€;
- Outros – 400,00€.

Relativamente às despesas de Saúde, Formação e Educação, Encargos com imóveis e com Lares, opta pelos valores que estão na e-fatura. Como possui encargos relativos as juros da dívida com habitação permanente, é necessário lançar a informação constante da Caderneta Predial:

- Imóvel urbano, registado sob o artigo nº 2820, na freguesia 210301;
- O Mutuante possui o NIF YYY YYY YYY.

